



SEGUROS NÃO VIDA

Aegon Santander Portugal Não Vida

**Relatório sobre a Solvência e Situação
Financeira**

2022

Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

Rua da Mesquita, n.º 6, 1070-238 Lisboa

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
A. ATIVIDADE E DESEMPENHO	10
A.1. ATIVIDADE	10
A.2. DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO	12
A.3. DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS	13
A.4. DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES	14
A.5. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	14
B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	15
B.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	15
B.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE	22
B.3. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA....	24
B.4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	31
B.5. FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA	37
B.6. FUNÇÃO ATUARIAL	38
B.7. SUBCONTRATAÇÃO.....	39
B.8. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	41
C. PERFIL DE RISCO	42
C.1. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS.....	45
C.2. RISCO DE MERCADO	49
C.3. RISCO DE CRÉDITO.....	54
C.4. RISCO DE LIQUIDEZ.....	58
C.5. RISCO OPERACIONAL	60
C.6. OUTROS RISCOS MATERIAIS	62
C.7. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	65

D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA	66
D.1. ATIVOS.....	67
D.2. PROVISÕES TÉCNICAS.....	71
D.3. OUTRAS RESPONSABILIDADES.....	79
D.4. MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO	81
D.5. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	81
E. GESTÃO DE CAPITAL	82
E.1. FUNDOS PRÓPRIOS.....	82
E.2. REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO	86
E.3. UTILIZAÇÃO DO SUBMÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	90
E.4. DIFERENÇA ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO	91
E.5. INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	91
E.6. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	91
ANEXO A – TEMPLATES DE REPORTES QUANTITATIVOS	92
S.02.01.02 – BALANCE SHEET	92
S.05.01.02 – PREMIUMS, CLAIMS AND EXPENSES BY LINE OF BUSINESS.....	94
S.17.01.02 – NON-LIFE TECHNICAL PROVISIONS	95
S.19.01.21 – NON-LIFE INSURANCE CLAIMS INFORMATION	96
S.23.01.01 – OWN FUNDS	97
S.25.01.21 – SOLVENCY CAPITAL REQUIREMENT – FOR UNDERTAKING ON STANDARD FORMULA.....	99
S.28.01.01 – MINIMUM CAPITAL REQUIREMENT – ONLY LIFE OR ONLY NON-LIFE INSURANCE OR REINSURANCE ACTIVITY	100

Índice de quadros

QUADRO 1 – PRODUTOS EM CARTEIRA.....	11
QUADRO 2 – PRINCIPAIS INDICADORES TÉCNICOS.....	12
QUADRO 3 – ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E GANHOS E PERDAS POR CATEGORIA DE ATIVOS 13	
QUADRO 4 – CUSTOS DE GESTÃO DE ATIVOS	14
QUADRO 5 – PRESTADORES DE SERVIÇOS EXTERNOS ESSENCIAIS	39
QUADRO 6 – VALORIZAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS.....	46
QUADRO 7 – TRATADOS DE RESSEGURO	48
QUADRO 8 – AVALIAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS	48
QUADRO 9 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR TIPO DE TAXA	49
QUADRO 10 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE ATIVOS POR SETOR DE ATIVIDADE	50
QUADRO 11 – VALORIZAÇÃO DOS RISCOS DE MERCADO.....	51
QUADRO 12 – AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE MERCADO	53
QUADRO 13 – VALORIZAÇÃO DO RISCO DE INCUMPRIMENTO PELAS CONTRAPARTES.....	55
QUADRO 14 – EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO POR RATING.....	55
QUADRO 15 – RATING DAS CONTRAPARTES DE RESSEGURO	56
QUADRO 16 – PARTICIPAÇÃO DOS RESSEGURADORES POR TRATADO	57
QUADRO 17 – EXPOSIÇÃO À DÍVIDA PÚBLICA	57
QUADRO 18 – AVALIAÇÃO DO RISCO DE INCUMPRIMENTO	58
QUADRO 19 – VALORIZAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ	58
QUADRO 20 – ANÁLISE DAS MATURIDADES DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	59
QUADRO 21 – VALORIZAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL.....	60
QUADRO 22 – AVALIAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL	62
QUADRO 23 – COMPOSIÇÃO DO BALANÇO ECONÓMICO E ESTATUTÁRIO.....	66
QUADRO 24 – ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	69

QUADRO 25 – LINHAS DE NEGÓCIO	73
QUADRO 26 – PROVISÕES TÉCNICAS DAS RESPONSABILIDADES DE NÃO VIDA	76
QUADRO 27 – COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVISÕES TÉCNICAS ESTATUTÁRIAS E ECONÓMICAS	76
QUADRO 28 – COMPARAÇÃO ENTRE RESSEGURO CEDIDO E RECUPERÁVEIS DE RESSEGURO	78
QUADRO 29 – PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	80
QUADRO 30 – NÍVEIS DE CAPITALIZAÇÃO COM BASE NO RÁCIO DO SCR	82
QUADRO 31 – FUNDOS PRÓPRIOS	84
QUADRO 32 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO	84
QUADRO 33 – EXCESSO DOS ATIVOS SOBRE OS PASSIVOS: ATRIBUIÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AVALIAÇÃO	86
QUADRO 34 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	87
QUADRO 35 – CENÁRIOS RELATIVOS AO NÍVEL DE RECONHECIMENTO DO LAC DT	88
QUADRO 36 – COMPONENTES DO MCR	90

Índice de figuras

FIGURA 1 – ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO.....	15
FIGURA 2 – MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA	18
FIGURA 3 – PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO.....	25
FIGURA 4 – INTEGRAÇÃO DO ORSA NA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO	30
FIGURA 5 – DEFINIÇÃO DA PREFERÊNCIA AO RISCO	43
FIGURA 6 – EXPOSIÇÃO AOS RISCOS DA FÓRMULA-PADRÃO	43
FIGURA 7 – PERFIL DE RISCO ATUAL	44
FIGURA 8 – SENSIBILIDADES RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DE NÃO VIDA.....	49
FIGURA 9 – SENSIBILIDADES RISCO DE MERCADO.....	54
FIGURA 10 – SENSIBILIDADES RISCO OPERACIONAL.....	62
FIGURA 11 – CLASSIFICAÇÃO ESG DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	65
FIGURA 12 – COMPOSIÇÃO DO SCR	87
FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	89
FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO	90

Sumário executivo

O setor segurador, contrariamente ao verificado em 2021, registou um decréscimo no volume de produção de seguro direto em 2022, diminuindo 9,7%. No entanto, o ramo Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, apresentou um aumento de 7,4%. Neste contexto, a Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (doravante designada por ASP Não Vida ou Companhia) continuou o seu percurso ascendente, com o nível de produção a alcançar os 95,3 milhões de euros (M€) e o resultado líquido 11,7 M€, evidenciando um aumento face ao ano transato de 28,7% e 23,9%, respetivamente.

A ASP Não Vida desenvolveu a sua atividade de modo a responder com sucesso a estes desafios. A Companhia continuou a privilegiar a geração de capital e retorno para os acionistas, mantendo posições de solvência e liquidez que a protejam contra a volatilidade e oferecendo segurança e flexibilidade para perseguir novas oportunidades de investimento e expansão.

O presente relatório pretende apresentar a situação de solvência e financeira da Companhia tendo por base o exercício de 2022. Para tal, apresentam-se os principais temas relativos à atividade e desempenho, o sistema de governação, o perfil de risco, a avaliação para efeitos de solvência e ainda a gestão de capital, relacionando os fundos próprios com os requisitos de capital de solvência.

No que se refere à atividade comercial, em 2022, a Companhia deu continuidade à sua estratégia de comercialização, proporcionando ao seu distribuidor uma oferta adequada de produtos de acidentes, multirriscos habitação e saúde, por forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes, tanto para o segmento de particulares como para o de empresas.

Relativamente à atividade operacional destaca-se o investimento em projetos relacionados com os processos de suporte ao negócio, nomeadamente, no que respeita à contratação de produtos nas diversas plataformas.

Adicionalmente aos projetos iniciados em anos anteriores, em 2022, a Companhia prosseguiu com a preparação para a implementação da nova norma de relato financeiro relativa a contratos de seguro (IFRS 17), que entrará em vigor a 1 de janeiro de 2023. A elevada complexidade e o grande desafio que a IFRS 17 representa para o sector segurador faz desta implementação um dos projetos com maior relevância para a Companhia.

No que respeita ao sistema de governação, um dos temas basilares do regime de Solvência II, a Companhia reforçou o funcionamento de uma estrutura que promove uma gestão sã e prudente.

Durante o 4.º trimestre de 2022, a ASP Não Vida realizou o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) com data de referência de 30 de setembro de 2022, de modo a efetuar uma avaliação atual e prospetiva das suas necessidades de solvência. O horizonte temporal considerado contempla o período entre 2022 e 2025. No cenário base, verificou-se que, após a distribuição de dividendos prevista, a Companhia apresentava um nível de capitalização sempre superior ao objetivo de 135% do *Solvency Capital Requirement* (SCR). Por outro lado, perante a aplicação de cenários de *stress*, verificou-se que a Companhia continuaria a cumprir os requisitos regulamentares. Estes resultados foram comunicados ao Supervisor em janeiro de 2023.

Atendendo ao facto de as projeções de negócio e de rácio de solvência serem relevantes na política de gestão de capital, em particular na definição de distribuição de dividendos, os resultados deste exercício concedem suporte à análise relativa à futura distribuição de dividendos.

No que respeita à distribuição de dividendos, a ASP Não Vida procedeu em março de 2022 ao pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2021, no valor de 8,5 M€. Não obstante esta distribuição, a Companhia continuou a apresentar rácios de solvência robustos.

Relativamente ao perfil de risco, comparativamente ao exercício anterior, não foram registadas alterações significativas do perfil de risco, nem das tolerâncias e apetite ao risco definidos previamente. Não obstante, a Companhia procedeu à inclusão do risco de sustentabilidade e definição do apetite a este tipo de risco, assim como a determinação dos indicadores de sustentabilidade na gestão da carteira de ativos. Face à crescente importância desta temática, foi desenvolvida uma análise sobre a aplicação de ratings *ESG* (*environmental, social and governance*) à carteira de investimentos. De todo o modo, o risco específico de não vida continua a ser o risco com maior relevância no perfil de risco da Companhia.

A Companhia avaliou os seus ativos e passivos de acordo com as regras e critérios de Solvência II. Analisou e apresentou as principais diferenças face aos valores estatutários, que se verificaram principalmente nas rubricas de custos de aquisição diferidos, ativos intangíveis, recuperáveis de resseguro, provisões técnicas e impostos diferidos. Refira-se que a Companhia não utiliza medidas transitórias nem de longo prazo na avaliação das suas responsabilidades de seguros.

Relativamente à gestão de capital, a ASP Não Vida considera uma política de gestão de capital com diversos níveis de capitalização que são determinados em função do rácio de solvência. Como referido anteriormente, o seu nível objetivo situa-se nos 135% do SCR.

O valor dos fundos próprios elegíveis face ao requisito de capital regulamentar permitiu determinar um rácio de solvência de 154,1% no final de 2022, verificando-se um decréscimo de 6 pontos percentuais face ao ano anterior (159,5% em 2021), refletindo a possibilidade de distribuição de dividendos referente à atividade de 2022, no montante de 7,6 M€. Se não fosse considerada esta distribuição de dividendos, o rácio situar-se-ia em 194,6%.

Os resultados consideram a utilização da totalidade dos impostos diferidos resultantes da perda igual ao valor do requisito de capital, uma vez que se demonstrou que a Companhia conseguirá, num período de três anos, gerar lucros futuros tributáveis em montantes suficientes contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

O presente relatório, bem como os *quantitative reporting templates*, foram analisados e aprovados pelo Conselho de Administração no dia 6 de abril de 2023.

Lisboa, 6 de abril de 2023



Tiago do Couto Venâncio
(Administrador Delegado)

A. Atividade e desempenho

A.1. Atividade

No final de 2014, a ASP Não Vida foi constituída em resultado de uma *joint venture* entre a Aegon Spain Holding B.V., com uma participação de 51% do capital, e a Santander Totta Seguros, S.A. (doravante STS), com os restantes 49%. Como tal, as suas operações e transações são influenciadas pelos grupos financeiros em que se insere, nomeadamente pelo Grupo Aegon e pelo Grupo Santander.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A. (BST) um acordo de distribuição mediante o qual o BST irá comercializar os produtos da Companhia em regime de exclusividade, por um período de 25 anos. Como tal, a ASP Não Vida apenas exerce atividade em território português.

Note-se que com a constituição da ASP Não Vida foi também criada a Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., que partilha acionistas, órgãos sociais, estrutura interna e alguns processos. O início de exploração da atividade de ambas as Companhias ocorreu em janeiro de 2015.

A Companhia está sujeita à supervisão da ASF, sediada na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa, cujo contacto telefónico é o número +351 217 903 100.

Ao nível do Grupo em que se insere, Grupo Aegon, a entidade de supervisão é a *Dutch Authority for the Financial Markets (AFM)*, P.O. box 11723, 1001 GS, AMSTERDAM The Netherlands.

Por sua vez, o auditor externo é a Pricewaterhouse Coopers e Associados – S.R.O.C. Lda., representada pelo seu sócio Carlos Manuel Sim Sim Maia, cujo contacto telefónico é o número +351 213 599 440.

Ao longo dos primeiros sete anos de atividade, a ASP Não Vida tem vindo a atingir os objetivos definidos aquando da sua constituição, mantendo uma estratégia que aposta no foco nos clientes aliado a uma oferta de produtos inovadores, comercializados através de um adequado modelo de distribuição, que aposta na multicanalidade para chegar de forma mais flexível e cómoda aos clientes.

Em concordância com as necessidades dos clientes BST, a Companhia comercializa uma vasta gama de soluções de proteção acidentes e multiriscos habitação.

A carteira de produtos comercializados pela Companhia insere-se nas classes de negócio relativas *Seguros de despesas médicas, Seguros de proteção de rendimentos, Seguro de acidentes de trabalho, Seguro de incêndio e outros danos e Seguro de responsabilidade civil.*

O quadro seguinte apresenta a listagem dos produtos em carteira no final de 2022:

Quadro 1 – Produtos em carteira

Produto	Classe de negócio [Anexo I do Regulamento Delegado]	Tipo de contrato	Número de Apólices
Proteção Lar	Seguro de incêndio e outros danos	TAR	204 043
Multirriscos Habitação Liberty	Seguro de incêndio e outros danos	TAR	169 116
Popular Habitação	Seguro de incêndio e outros danos	TAR	11 637
Acidentes Telemarketing	Seguro de proteção de rendimentos	TAR	2 139
Acidentes 2015	Seguro de proteção de rendimentos	TAR	61 716
Popular Proteção Pagamentos	Seguro de proteção de rendimentos	TAR	877
Saúde	Seguro de despesas médicas	TAR	134 541
Popular Saúde Express	Seguro de despesas médicas	TAR	11
Acidentes de Trabalho Empregadas Domésticas	Seguro de acidentes de trabalho	TAR	811
Popular Serviços Domésticos	Seguro de acidentes de trabalho	TAR	347
Popular Leasing	Seguro de incêndio e outros danos	TAR	230
Popular RC Familiar	Seguro de responsabilidade civil geral	TAR	840

Em 2022, o resultado da atividade comercial da Companhia materializou-se num aumento de 20,1% do número de apólices em vigor para 586 308 (488 199 em 2021). De salientar que os produtos provenientes da carteira migrada da Popular Seguros encontram-se em *run-off*, justificando-se assim a sua redução na carteira global face ao ano transato.

Por sua vez, o volume de capitais seguros apresenta um ligeiro acréscimo de 0,6%, situando-se no final de 2022 em 63 976 M€ (63 564 M€ em 2021).

O resultado líquido da Companhia situou-se em 11,7 M€, o que contrasta com os 9,4 M€ registados no ano anterior.

A.2. Desempenho da subscrição

O desempenho da Companhia ao nível da subscrição mostrou-se positivo ao longo de 2022.

No quadro que se segue são apresentados os principais indicadores de atividade:

Quadro 2 – Principais indicadores técnicos

Principais indicadores técnicos	Milhares de euros	
	2022	2021
Prémios emitidos		
Bruto	95 260	74 039
Resseguro cedido	10 135	7 922
Líquido	85 125	66 118
Prémios adquiridos		
Bruto	94 296	73 194
Resseguro cedido	10 151	7 958
Líquido	84 145	65 236
Custos com sinistros *		
Bruto	22 903	15 250
Resseguro cedido	1 078	865
Líquido	21 825	14 385
Variação das outras provisões técnicas		
Bruto	1 229	1 078
Resseguro	0	0
Líquido	1 229	1 078
Custos de exploração	45 803	37 766

*sem custos de gestão de sinistros

Globalmente, o volume de prémios brutos emitidos ascendeu a 95,3 M€ (74,0 M€ em 2021). O produto mais representativo continuou a ser o produto multirrisco habitação, com um peso de 67,5% (76,6% em 2021) no total da carteira.

Por outro lado, a evolução ao nível da subscrição foi mais significativa nos produtos de saúde (+165,4% face a 2021), passando a representar 21,4% da produção total da Companhia.

Paralelamente, a carteira migrada da Popular Seguros viu o seu volume de prémios descer em 2,3% por comparação a 2021, uma vez que a mesma se encontra em *run-off*.

O crescimento do volume de prémios emitidos, suportado num conjunto de produtos distintos do verificado em anos anteriores, demonstra a solidez do *mix* estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes, elevar o seu nível de proteção e igualmente incrementar o seu nível de fidelização.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 22,9 M€ (15,5 M€ em 2021), representando uma taxa de sinistralidade sobre os prémios brutos emitidos de 24,0% (20,6% em 2021).

Da análise dos segmentos onde a Companhia opera verifica-se que, no final de 2022, a ASP Não Vida detinha uma quota de mercado de 12,2% em termos de prémios brutos emitidos, o que corresponde a um acréscimo de 1,9 pontos percentuais face ao ano transato (10,3% em 2021).

Refira-se que a Companhia apenas exerce a sua atividade em território português. Como tal, todos os dados apresentados dizem respeito à atividade realizada em Portugal.

No que respeita às classes de negócio, mencionadas no ponto A.1 do presente relatório, importa referir que aquela que representa maior expressividade é a classe de negócio *Incêndio e Outros Danos* devido à dimensão da carteira do produto multirriscos.

A.3. Desempenho dos investimentos

A atividade de gestão de investimentos é efetuada com base no princípio do gestor prudente, que promove a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Tal como no ano anterior e seguindo a sua política de investimentos, durante o ano de 2022, a Companhia não possuiu qualquer instrumento financeiro derivado ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem, essencialmente, a títulos de rendimento fixo.

A estrutura da carteira de investimentos e os ganhos e perdas por categoria de ativos relativos ao ano de 2022 e 2021 são apresentados no quadro que se segue:

Quadro 3 – Estrutura da carteira de investimentos e ganhos e perdas por categoria de ativos

2022		Milhares de euros			
Categoria de ativos	Valor de mercado total	Rendimentos		Ganhos e perdas realizados	Ganhos e perdas não realizados
		Dividendos	Juros		
Obrigações governamentais	19 929	0	302	17	0
Obrigações privadas	30 259	0	314	-19	0
Ações	0	0	0	0	0
Investimentos em titularizações	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes	6 222	0	0	0	0
Total	56 410	0	616	-2	0

2021		Milhares de euros			
Categoria de ativos	Valor de mercado total	Rendimentos		Ganhos e perdas realizados	Ganhos e perdas não realizados
		Dividendos	Juros		
Obrigações governamentais	12 609	0	454	11	-137
Obrigações privadas	31 987	0	193	8	-376
Ações	0	0	0	0	0
Investimentos em titularizações	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes	5 229	0	0	0	0
Total	49 825	0	648	20	-513

Por último, no que se refere aos custos de gestão dos investimentos a comparação com o ano transato é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 4 – Custos de gestão de ativos

	Milhares de euros	
	2022	2021
Custos de gestão de investimentos	17,9	17,6

A.4. Desempenho de outras atividades

A Companhia não exerce outras atividades, como tal não apresenta outros rendimentos e despesas materiais respeitantes ao ano de 2022.

A.5. Eventuais informações adicionais

No âmbito da atividade e desempenho, a Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes.

B. Sistema de governação

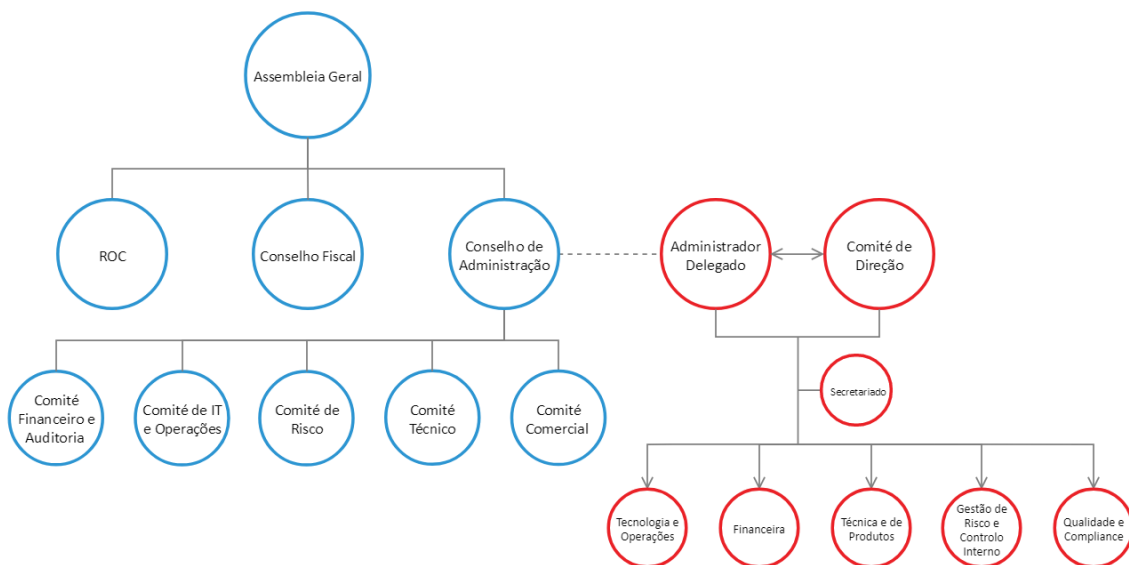
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

Para assegurar decisões conscientes de rentabilidade versus risco e limitar a magnitude de perdas potenciais para níveis de confiança definidos, a Companhia apresenta um forte sistema de governação e gestão de risco, com uma estrutura organizacional bem definida, adequada à dimensão e complexidade da atividade desenvolvida.

A Companhia dispõe de uma política denominada “Governação e Gestão de Risco”, que reflete detalhadamente o seu sistema de governação e gestão de risco. Para além de descrever o funcionamento ao nível de governação, é também descrita a metodologia de identificação, quantificação e gestão de risco utilizada na definição do apetite e tolerância ao risco, que permite construir e rever anualmente o seu perfil de risco.

A estrutura de governação encontra-se sintetizada na figura seguinte:

Figura 1 – Estrutura de governação



Os acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer acionista titular de mais de 5% do capital.

A Assembleia Geral de acionistas, que reúne ordinariamente pelo menos uma vez por ano no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício, tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito membros, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez por trimestre ou sempre que o interesse da Companhia o exija. As suas deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não havendo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantias, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade; a modificação dos princípios e práticas contabilísticas; e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos. Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos, mediante proposta do Conselho Fiscal. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas,

emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

Os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre acionistas e ao processo de tomada de decisão. Compete-lhes analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Os Comitês são constituídos por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada acionista. As suas principais responsabilidades são:

- **Comité Técnico:** apresentar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- **Comité de Risco:** avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente, deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados os diferentes temas referentes à conformidade;
- **Comité Comercial:** apresentar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazos e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- **Comité de Auditoria e Financeiro:** apresentar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- **Comité de IT e Operações:** apresentar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros Comitês.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado, a estrutura da Companhia integra as seguintes Direções:

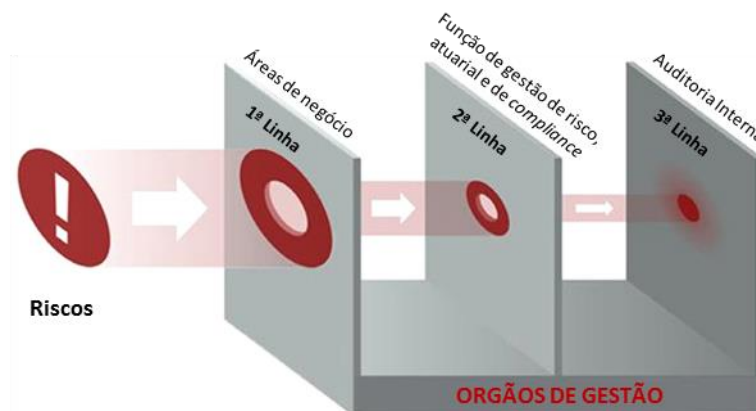
- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Consoante a matéria/pelouro em questão, intervêm sempre como membros de decisão o Administrador Delegado e os diretores da Direção inerente à matéria em questão. Assim, os diretores de cada uma das Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, correspondem às pessoas que dirigem efetivamente a Companhia, respeitando deste modo o “princípio dos quatro-olhos”.

Modelo das três linhas de defesa

Por forma a implementar uma adequada, eficiente e eficaz gestão de riscos, a Companhia definiu e adotou o modelo das três linhas de defesa, promovendo assim o envolvimento de todas as áreas e estruturas na concretização deste objetivo.

Figura 2 – Modelo das três linhas de defesa



A identificação clara destas linhas, a descrição das suas responsabilidades e âmbitos de atuação, a definição de um processo adequado de comunicação e a implementação com base numa clara segregação de funções, evitando conflitos de interesses, traduzem-se num sistema eficaz ao nível do controlo da Companhia e da sua gestão em geral.

Na primeira linha de defesa são consideradas as áreas de negócio e operacionais da Companhia, pois, em primeira instância, são responsáveis pela identificação do risco e pela implementação de controlos para mitigar todos os riscos materiais na sua área de atividade que excedam o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Na segunda linha de defesa surgem as três funções, designadas como funções-chave (atuarial, de gestão de riscos e de verificação do cumprimento). O processo de definição e implementação destas funções obedeceu a requisitos específicos de segregação de funções e de independência, bem como ao princípio da proporcionalidade previsto no regime de Solvência II.

A função atuarial contribui para a implementação e monitorização de políticas, fundamentalmente, relacionadas com a coordenação e revisão do cálculo de provisões e outras funções de controlo relativas a subscrição, resseguro, novos produtos e tarifação. A função de gestão de risco tem como principal responsabilidade a implementação e administração do sistema de gestão de risco e controlo interno. A função de verificação do cumprimento contribui para práticas de negócio responsáveis e sólidas, para a integridade dos produtos e serviços prestados.

Estas funções-chave foram implementadas tendo em consideração o necessário nível de autoridade e de independência operacional e definindo linhas de comunicação simples e diretas com o Órgão de Administração.

Esta linha de defesa apresenta uma dupla funcionalidade. Por um lado, tem como responsabilidade dar suporte, assessoria, ferramentas e apoio à primeira linha de defesa, de modo a facilitar o cumprimento das responsabilidades por parte das áreas de negócio e da organização em geral. Por outro lado, têm como responsabilidade a supervisão do cumprimento deste modelo de funcionamento e prevenir a aceitação de risco discordante com o apetite e tolerância ao risco.

Finalmente, na terceira linha de defesa, encontra-se a função de auditoria interna, cuja principal responsabilidade consiste em aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos elementos do sistema de governação.

O sistema de governação implementado encontra-se adequado à dimensão, complexidade e natureza da atividade e dos riscos, permitindo assegurar que as decisões significativas da Companhia são tomadas pelo menos por duas pessoas ou órgãos que dirigem efetivamente a empresa e garantindo um adequado nível de independência e segregação de funções e responsabilidades. Este sistema de governação é revisto periodicamente, sendo um dos pontos de agenda nas reuniões do Conselho de Administração.

Política de remunerações

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos Colaboradores têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus acionistas.

As referidas políticas estão na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Durante o ano de 2022 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

Na definição das referidas políticas não foram utilizados serviços de consultores externos.

De modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, no final de 2022, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º. 1 do artigo 4º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os

objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus Colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- Competitividade, considerando as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

As políticas preveem ainda regras relativamente ao equilíbrio entre a remuneração fixa e variável. As condições de apuramento e pagamento da remuneração variável tornam-na de valor final indeterminado e de pagamento eventual não sendo possível predeterminar a proporção entre a componente fixa e a variável, no entanto o rácio máximo entre o valor de todas as componentes de remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

Como elemento da componente variável estabeleceu-se um prémio de desempenho vinculado a objetivos e dependente de avaliação anual. A determinação do seu valor tem por base o desempenho individual, resultados financeiros e de Valor de Novo Negócio no fecho do exercício e ainda fatores de risco. Não foi posta em prática nem se prevê a atribuição de planos de opções.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento prevista no Artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF, encontram-se publicadas no *website* da Companhia.

Regime complementar de pensões

Em 2 de dezembro 2020, a ASP Não Vida aderiu ao acordo coletivo de trabalho (ACT), atualmente em vigor, e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado

nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o PIR de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O PIR prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Transações materiais

No que respeita a transações materiais com acionistas, pessoas que exerçam uma influência significativa na empresa e membros do órgão de direção, administração ou supervisão, importa referir o pagamento de dividendos que ocorreu em 2022, tendo sido distribuído aos acionistas 8,5 M€, relativo ao exercício de 2021.

B.2. Requisitos de qualificação e idoneidade

No sentido de garantir um sistema de governação constituído por recursos com competência e idoneidade que promovam uma gestão baseada em decisões coerentes e bem suportadas e de modo a dar cumprimento ao definido na Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia definiu e aprovou a política de competência e idoneidade, que tem como principais objetivos:

- Definir os princípios gerais aplicáveis às pessoas que dirijam efetivamente a Companhia ou nela sejam responsáveis por outras funções-chave;
- Estabelecer a metodologia para a identificação das funções abrangidas pela política;
- Definir a metodologia e os procedimentos para avaliação do nível de competência e idoneidade;
- Determinar os princípios que possam desencadear o processo de reavaliação do cumprimento dos requisitos de competência e idoneidade.

Os critérios de competência e idoneidade a serem considerados na análise relativa às pessoas que dirigem efetivamente a Companhia ou desempenham outras funções-chave encontram-se definidos na Lei, sendo estes critérios incorporados no seu modelo de governação.

Neste sentido, estes Colaboradores devem preencher cumulativamente, as seguintes condições:

- Deterem qualificações profissionais, conhecimentos e experiência suficientes para uma gestão sã e prudente (competência);
- Possuírem boa reputação e integridade (idoneidade).

O primeiro critério refere-se à aptidão individual, que é entendida como a existência de qualificações suficientes ou experiência profissional. Presume-se que os Colaboradores tenham obtido um grau e área de ensino adequados à função e responsabilidade assumida e, ainda, que tenham experiência profissional relevante e adequada ao exercício das funções, garantindo que tal experiência será uma mais-valia para uma gestão sã e prudente da atividade.

No que toca à idoneidade, deverá ser analisada a existência de indícios de desrespeito pela legislação e regulamentos, comportamentos éticos desadequados, envolvimento em processos disciplinares, conflito ou má reputação junto do Supervisor.

Adicionalmente, na sequência das orientações relativas ao sistema de governação emitidas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA)*, a Companhia deve assegurar que os Órgãos de Direção e Administração possuem coletivamente qualificação, experiência e conhecimento apropriados, pelo menos nos seguintes domínios:

- Mercados de seguros e financeiros;
- Estratégia de negócio e modelo de negócio;
- Sistema de governação;

- Análise financeira e atuarial;
- Enquadramento regulamentar e requisitos aplicáveis.

Na prática, a metodologia para aferir a qualificação e idoneidade segue as seguintes fases:

- Identificação: são identificadas as funções e os responsáveis abrangidos pelas políticas e respetivas matrizes de avaliação ao nível da competência, idoneidade, independência, disponibilidade e capacidade;
- Documentação: são recolhidos os elementos (nomeadamente *curriculum vitae*) necessários à avaliação das matrizes *supra* descritas;
- Avaliação: o responsável pelos Recursos Humanos analisa toda a informação recolhida e procede ao preenchimento das respetivas matrizes de avaliação. Posteriormente, remete o resultado da avaliação ao Conselho de Administração;
- Monitorização: é exigido aos membros que integram os órgãos, que comuniquem eventuais inibições ou indícios que possam indicar constrangimentos e limitações às matrizes de avaliação;
- Reporte: o responsável pelos Recursos Humanos emite, anualmente, um relatório de monitorização a ser remetido ao Conselho de Administração.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela ASF, a Companhia implementou os requisitos e normativos legais, quer no que respeita ao registo dos Órgãos de Administração junto desta entidade, recolhendo a informação e emitindo a documentação necessária ao processo, quer no que se refere às pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e ao atuário responsável. De referir que, neste último caso, o registo foi efetuado durante o segundo semestre de 2017, tendo sido obtido o acordo por parte da ASF.

B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

O sistema de gestão de risco implementado na Companhia abrange, entre outros, a operacionalização de um adequado sistema de governação, a definição de políticas, a

identificação, quantificação e gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta e um sistema de comunicação e reporte adequado.

A função de gestão de risco tem um papel fundamental na implementação de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz. Esta função faz parte da segunda linha de defesa do modelo implementado na Companhia, que integra as três linhas de defesa descritas no presente relatório, encontrando-se a mesma alocada à Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Um processo de tomada de decisão adequadamente fundamentado requer que se avaliem e considerem os riscos a que a Companhia se encontra exposta. Neste sentido é essencial que o processo de gestão de riscos faça parte deste processo de tomada de decisão.

Processos de gestão de risco

O processo de gestão de risco, que pode ser desagregado em várias componentes ou fases, é um processo cíclico, contínuo e iterativo, que deve incluir ajustes periódicos e pontuais da estratégia e tolerância ao risco baseados em nova informação de risco ou alterações de negócio. Este pode ser representado da seguinte forma:

Figura 3 – Processo de gestão de risco



Os riscos a que a Companhia se encontra exposta são identificados e apresentados com o suporte da descrição do universo de riscos, apresentados e descritos no documento de “Governança e Gestão de Risco”. Adicionalmente, a identificação dos riscos emergentes assegura que o universo de riscos contemplado é dinâmico e antecipa as tendências de mudança.

A estratégia de risco estabelece a base para definir a tolerância e o apetite ao risco, os quais são considerados na definição dos níveis de capitalização, na determinação dos cenários de continuidade de negócio e na implementação da cultura risco. A política de “Governança e Gestão de Risco” apresenta esta informação de forma detalhada.

A Companhia utiliza metodologias próprias na avaliação e medição dos riscos por forma a poder formalizar uma resposta apropriada ao risco, no sentido de aceitação ou não e, no último caso, de definição de planos de ação.

Por último, refira-se que este ciclo deve estar integrado nas decisões chave da Companhia, nomeadamente, nos processos de definição de planos de negócio e de capital, de políticas de tarifação e de desenvolvimento de produtos e de modelos de suporte às decisões, proporcionando um sistema de governação com uma forte cultura de risco.

Estratégia e tolerância ao risco

A estratégia de risco da Companhia define-se com base no apetite ao risco que se traduz em níveis de tolerância específicos para cada tipo de risco.

A Companhia definiu e formalizou este processo num documento específico designado “Governança e Gestão de Risco”, que foi aprovado pelo Conselho de Administração. O referido documento estabelece os conceitos e metodologia de definição de níveis de capitalização, que visam aumentar a transparência e a responsabilidade sobre a gestão do capital.

A Companhia desenvolve um plano de gestão do capital como parte do seu plano de negócio. Este plano contempla a utilização, necessidades e distribuição do capital. As conclusões do exercício ORSA são integradas no referido plano de capital.

Por sua vez, a preferência pelos riscos é definida em função dos seguintes fatores:

- A estratégia de negócio;
- As necessidades dos clientes;
- A capacidade de gestão dos diferentes riscos e a possibilidade de os mitigar;
- A rentabilidade associada à sua assunção e à rapidez com que se podem materializar.

A estratégia de risco complementa-se com declarações de tolerância que são fundamentais para enquadrar o apetite ao risco da Companhia, de modo a que os seus objetivos e estratégia sejam cumpridos.

Em 2020, a Companhia formalizou a sua política de aceitação de risco, que visa delinear o processo pelo qual os riscos que excedam os limites de tolerância definidos pela Companhia e/ou onde ações de mitigação adicionais não sejam possíveis, úteis ou financeiramente viáveis de implementar, são aceites pela mesma.

No ponto C do presente documento apresenta-se com maior detalhe a metodologia adotada ao nível da gestão de risco que permite definir o perfil de risco da Companhia.

Processos e procedimentos

No que respeita aos processos para identificar, quantificar e gerir os riscos destacam-se a implementação de diversas políticas de risco, bem como a definição e operacionalização de mecanismos que permitem monitorizar o cumprimento das regras e limites definidos nas políticas.

Ao nível dos riscos de mercado, destaca-se a política de investimentos em vigor, a sua monitorização e reporte regular, bem como o acompanhamento que é efetuado pela Direção Financeira e pela Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno. O Comité de Risco é também um fórum relevante na monitorização e aconselhamento relativamente aos riscos de mercado.

No que respeita aos riscos específicos de vida, de não vida, de acidentes e doença e também ao risco de contraparte, destacam-se as políticas de subscrição, de tarifação e desenvolvimento de produtos, de resseguro e de provisões técnicas, que definem, entre outros, as regras de aceitação de risco, de valorização de reservas e de seleção de resseguradores e características dos tratados.

A Companhia dispõe de uma política de controlo interno, que foi aprovada pelo Conselho de Administração e revista em 2022. Este documento define os objetivos, fases, componentes e princípios do Sistema de Controlo Interno da Companhia, bem como as funções e responsabilidades dos intervenientes na sua implementação e monitorização.

Estas melhorias na definição e formalização dos processos e procedimentos permitiram também que a Companhia se adequasse aos requisitos emanados na Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016 sobre a distribuição de seguros.

Em síntese, a monitorização e análise dos processos relacionados com estes riscos efetuada regularmente pela Direção Técnica e de Produtos é um fator relevante na sua gestão. O Comité Técnico, o Comité Comercial e sempre que se justifique, o Comité de Risco, funcionam como fóruns de acompanhamento e aconselhamento relacionados com estes temas.

Relativamente ao risco operacional destaca-se o sistema que integra controlos regulares, com destaque para os executados pelas áreas operacionais, que permite identificar incidências, melhorar processos, avaliar o nível de risco residual e identificar riscos emergentes. Neste reporte incluem-se os riscos de conformidade e legais. Este sistema tem particular importância na relação com o canal de distribuição e com os clientes, uma vez que abrangem vários subprocessos, destacando-se a subscrição, a gestão de sinistros, a análise de risco, a gestão de documentação e a comunicação com os clientes através da linha telefónica de apoio ao cliente.

Ao nível de interrupção dos sistemas ou dos processos de negócio, a Companhia dispõe de uma política e procedimentos de gestão de continuidade de negócio, efetuando testes de operacionalização de planos de *disaster recover* e de recuperação de negócio em instalações alternativas. O ano de 2022 continuou a demonstrar o adequado funcionamento das políticas de gestão de continuidade de negócio, uma vez que se confirmou a possibilidade dos colaboradores exercerem as suas tarefas em regime de teletrabalho sem qualquer repercussão negativa na atividade e na prestação dos serviços.

No que respeita aos riscos reputacionais e legais, a Companhia dispõe também de diversas políticas que permitem mitigar a exposição a estes riscos. Estas políticas referem-se, essencialmente, aos temas de conformidade e verificação do cumprimento, tratamento de clientes, proteção de dados, gestão reputacional, branqueamento de capitais e mecanismos anti-fraude. A Companhia detém um código de conduta que se encontra publicado no *website*.

A Direção de Qualidade e *Compliance* efetua também um acompanhamento de todos os requisitos legais e regulamentares no sentido de assegurar que são adequadamente implementados na Companhia mecanismos que permitam cumprir esses requisitos e mitigar riscos legais.

Todas as políticas são aprovadas pelo Conselho de Administração e divulgadas aos Colaboradores da Companhia.

Desde 2018 que a Companhia integra no seu sistema de gestão de risco a figura de um *Data Protection Officer* (DPO), com o objetivo de mitigar riscos que podem resultar em penalizações

financeiras impactantes, para além poderem representar riscos reputacionais. Neste âmbito da proteção de dados, foram formalizadas algumas políticas e implementados alguns procedimentos, de modo a que, em qualquer iniciativa ou processo, o tema da análise de dados e circuitos de informação seja considerado.

Um adequado sistema de gestão de risco requer um processo de comunicação eficiente e eficaz, que permita por um lado, que o Órgão de Administração tenha conhecimento dos riscos identificados ao nível da primeira e segunda linha de defesa e do seu processo de gestão e, por outro, que os diversos níveis de defesa conheçam o apetite ao risco definido, as tolerâncias e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste sentido, existem processos de comunicação *bottom-up*, ou seja, das Direções para o Conselho de Administração, e *top-down*, o inverso.

Na abordagem *bottom-up*, as atividades e os resultados são analisados e discutidos em reuniões de Direção, com a presença dos responsáveis das diversas áreas e do Administrador Delegado. Nestas reuniões, que ocorrem no mínimo uma vez por mês, são definidos e acompanhados os planos de ação.

Os temas relevantes com maior impacto na atividade ou que carecem de uma análise de âmbito mais estratégico são, posteriormente, apresentados nos Comitês. Desta forma estes são também analisados pelos representantes dos acionistas. Por sua vez, os Comitês emitem pareceres e recomendações ao Conselho de Administração.

Na abordagem *top-down*, as decisões estratégicas são definidas ao nível do Conselho de Administração, sendo apresentadas em primeira instância ao Administrador Delegado, uma vez que é o responsável pela gestão regular da Companhia. Este promove fóruns de discussão e análise com diversos interlocutores de modo a garantir que estas decisões são exequíveis e possíveis de representar em planos de ação concretos. O nível de apetite ao risco, tolerância e limites fazem parte das decisões do Conselho de Administração.

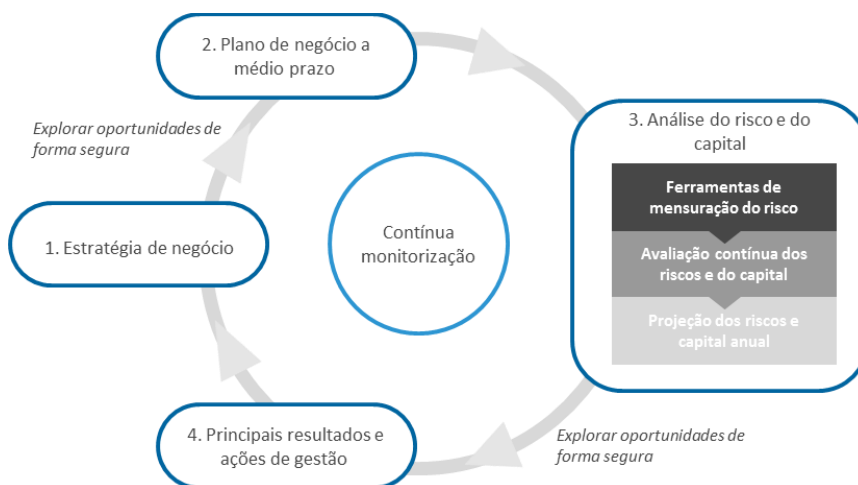
Integração dos resultados do exercício ORSA

O exercício ORSA tem como principal objetivo efetuar uma avaliação da adequação de três fatores chave da gestão da atividade: o perfil de risco da Companhia, o capital disponível e a sua estratégia de negócio.

Este é um processo essencial na definição de uma estratégia com sustentabilidade, exequível, que garanta a continuidade da atividade e que produza o retorno adequado aos acionistas.

Na figura seguinte ilustra-se a integração do exercício ORSA no processo de gestão e decisão da Companhia:

Figura 4 – Integração do ORSA na estratégia de negócio



A primeira e a segunda fases dizem respeito à definição da estratégia de negócio e do plano de negócio. Assim, no contexto de planificação estratégica, as tolerâncias ao risco são alvo de um processo de revisão. Esta análise contempla uma avaliação da preferência aos diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta ou a que poderá vir a estar no curto e médio prazo, analisando tanto a estratégia como a sua capacidade para os gerir.

As preferências são depois traduzidas em tolerâncias que são monitorizados periodicamente em comparação com a exposição real. Caso sejam detetados incumprimentos, estes são discutidos nos fóruns de governação apropriados, por forma a definir as ações de gestão necessárias.

Na terceira fase, a análise do risco e do capital deve incluir a identificação, mensuração, gestão e monitorização dos riscos. O nível de solvência do negócio deve ser também determinado, tanto para a situação atual como para o futuro, sendo neste caso definido com base em projeções. A quantificação dos riscos é realizada com base na fórmula-padrão do regime de SII.

Por último, o resultado obtido da conjugação da estratégia de negócio com o plano de negócio e as análises de risco e capital deve ser utilizado nos processos de decisão e nas ações de gestão futuras.

Em especial, caso o excesso de capital seja suficiente para suportar as condições de mercado extremas, mantendo o nível de solvência regulamentar exigido, este deve ser considerado para

assegurar estabilidade no pagamento de dividendos aos acionistas. Por outro lado, caso a posição de capital seja inferior ao nível objetivo, serão consideradas ações de gestão para recuperar os níveis de capital. As posições atuais são monitorizadas trimestralmente como parte do processo de reporte de risco.

Trata-se, assim, de um processo interativo, no qual cada uma das etapas influencia diretamente a seguinte e poderá implicar a redefinição da anterior.

Para a definição de uma estratégia adequada e bem suportada é relevante considerar o nível de exposição ao risco numa ótica prospetiva, tendo em conta limites regulamentares, bem como a análise da relação entre os requisitos de capital e o capital disponível previsto para os anos seguintes. Estes fatores integram os principais resultados do processo ORSA, que permite avaliar se a Companhia detém capital suficiente para fazer face aos riscos que enfrenta ou se são necessários ajustamentos para que se atinjam níveis aceitáveis de exposição.

Caso o resultado do exercício permita identificar possíveis períodos em que se preveja uma insuficiência de capital disponível para fazer face à exposição ao risco, os Órgãos de Gestão deverão analisar estes resultados e definir um plano de ação que poderá contemplar, entre outros, um reforço de capital, uma alteração da constituição de fundos próprios (volume ou composição) ou alterações na alocação de capital.

Por outro lado, caso o excesso de capital seja suficiente para suportar as condições de mercado extremas, mantendo o nível de solvência regulamentar exigido, este deve ser considerado para assegurar estabilidade no pagamento de dividendos aos acionistas.

Este exercício é efetuado anualmente, submetido à aprovação do Conselho de Administração e apresentado ao Supervisor.

B.4. Sistema de controlo interno

Um sistema de controlo interno forte promove a mitigação do risco, o bom desempenho, a melhoria de processos e procedimentos e conseqüentemente bons resultados.

Neste sentido, durante o ano de 2022, a Companhia deu continuidade a um processo de análise e definição de diversas medidas que permitem evitar a ocorrência de situações que coloquem a atividade, a *performance*, os resultados e a sua sustentabilidade em risco.

Este trabalho tem por finalidade obter um grau de segurança razoável na execução dos processos, planos e objetivos, de modo a atingir as suas metas, em particular no respeitante a:

- Eficácia e eficiência das operações;
- Construção de informação financeira e não financeira rigorosa e completa;
- Conformidade com as leis e regulamentação, bem como com as políticas e procedimentos internos.

Algumas medidas incidem sobre a mitigação do risco operacional, implementação de mecanismos de controlo e monitorização, definição e implementação de planos específicos de controlo adequados às atividades executadas em cada área operacional.

Nos pontos seguintes destacam-se os principais processos que fazem parte do sistema de controlo interno, nomeadamente, o reporte trimestral de controlo operacional e a implementação de uma base de dados de perdas e de um plano de continuidade de negócio. Por fim, apresenta-se também informação referente às atividades desenvolvidas pela função de verificação do cumprimento.

Identificação e gestão do risco operacional

O funcionamento do sistema de controlo interno envolve praticamente todas as áreas da Companhia, em especial, as áreas operacionais (que identificam os riscos que resultam do exercício da atividade e os respetivos mecanismos de controlo), a área de gestão de risco e controlo interno (que assegura essencialmente a monitorização do sistema e promove a sua melhoria contínua) e a área de auditoria interna (que verifica o adequado funcionamento de todo o sistema de controlo interno).

A identificação, documentação e implementação de controlos deve ser um processo revisto e atualizado regularmente em resultado da própria dinâmica e evolução das atividades, permitindo identificar e mitigar novos riscos ou riscos emergentes.

Assim, em 2022 a Companhia deu seguimento a um projeto de otimização do seu sistema de controlo interno, com a revisão de todos os processos de negócio, a identificação de riscos e de controlos com o objetivo de os integrar numa ferramenta específica de controlo utilizada por todo o Grupo Aegon. Nesta ferramenta serão também incorporadas as evidências de cada um

dos controlos identificados. Adicionalmente, foi revisto o processo de avaliação de risco inerente, nível de mitigação dos controlos e avaliação do risco residual.

Por outro lado, a Companhia continuou a executar e a monitorizar os controlos automáticos implementados, que permitem mais facilmente e rapidamente identificar incidências operativas ou tendências atípicas em indicadores de controlo e *performance*. Estes automatismos relacionam-se essencialmente com os processos de contratação, gestão de carteira e gestão de cobranças.

Sempre que são identificadas incidências ou pontos de melhoria, a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno elabora um plano de ação que é partilhado no Comité de Risco. Caso se verifique a existência de risco moderado ou significativo, esta Direção poderá emitir recomendações de implementação de novos controlos ou melhoria dos existentes, definindo um plano de ação em conjunto com o responsável pelo processo em análise e monitorizando o cumprimento deste plano de ação.

Ainda ao nível do risco operacional importa destacar a crescente preocupação com os CiberRiscos. No sentido de reforçar o nível de proteção face a estes riscos, e na sequência de um processo de auditoria interna, a Companhia, em parceria com uma entidade externa, deu início a um projeto de identificação de possíveis *gaps* face aos controlos exigidos nesta temática, de modo a implementá-los adequadamente, mitigando qualquer risco identificado ou emergente.

Atendendo à evolução tecnológica e à crescente importância dos sistemas informáticos, bem como da proteção de dados, durante o ano de 2022, a Companhia efetuou uma nova revisão da sua Política de Segurança da Informação e CiberSegurança. Em adição, no 2º semestre de 2022, teve lugar uma formação sobre este risco direcionada a todos os colaboradores.

Relativamente ao cumprimento dos requisitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), procedeu-se à otimização dos controlos operacionais que permitem avaliar e assegurar a conformidade com o referido regulamento, evitando principalmente riscos financeiros e reputacionais.

Base de dados de perdas

A base de dados de perdas tem como objetivo quantificar os impactos das perdas decorrentes de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de

circunstâncias externas. Neste sentido, a Companhia implementou um processo de registo em excel destes eventos.

Os eventos a registar agrupam-se em três categorias:

- Eventos com impacto: perda ou ganho conhecido;
- Eventos quase perda: não têm perdas/prejuízos monetários. Em princípio encontram-se resolvidos;
- Eventos potenciais: impacto de magnitude desconhecida ou, se conhecida, com possibilidade de alteração.

Considerando o curto tempo de atividade da Companhia, esta base de dados encontra-se ainda com um número ainda reduzido de registos e de valor residual.

A utilização da ferramenta de controlo interna do Grupo Aegon, já referida anteriormente, permitirá melhorar este processo de registo.

Plano de Continuidade de Negócio

O plano de continuidade de negócio faz parte dos mecanismos de controlo interno implementados na Companhia e encontra-se diretamente relacionado com a mitigação de risco operacional, na subcategoria designada “eventos externos que causem danos nos ativos físicos”.

A Companhia dispõe de um plano de continuidade de negócio, que integra três cenários:

- Perda de instalações;
- Interrupção ou falhas nos sistemas;
- Perda de pessoas – pandemia.

Relativamente ao primeiro cenário em análise, a perda de instalações, o plano implementado descreve os procedimentos que permitem assegurar a continuidade das atividades críticas, aquando da ocorrência de um evento que provoque danos nas instalações principais e que impossibilite os Colaboradores de exercerem a atividade com a regularidade prevista.

Se o incidente ocorrer num momento em que os Colaboradores se encontram num período laboral normal, será ativado o plano de emergência interna que é aplicável às várias entidades que estão instaladas no edifício.

O segundo cenário em análise diz respeito à interrupção ou falhas de sistemas, ou seja, refere-se à tecnologia, uma das dimensões a considerar na gestão da continuidade de negócio. O projeto de recuperação tecnológica (*disaster recover*) visa implementar mecanismos avançados para recuperação das operações no caso de ocorrência de incidentes graves de segurança ou desastres que possam afetar a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação e, conseqüentemente, a segurança física e lógica de toda a informação armazenada, processada e em circulação na rede. Em 2022 foi efetuado um teste de *disaster recover*, que permitiu verificar a continuidade das operações no caso de um evento adverso.

Por último, o plano contempla o cenário referente à perda de recursos humanos, descrevendo os procedimentos que permitem assegurar a continuidade das atividades críticas aquando da ocorrência de um evento que provoque a ausência de Colaboradores em número significativo (cerca de 50%) e por tempo indeterminado. O exemplo mais comum é o de uma pandemia.

O plano identifica os processos e atividades críticas que devem ser retomados no curto prazo, de modo a não comprometer o negócio, detalha os procedimentos a seguir e identifica o processo de comunicação e os interlocutores, caso se verifique algum dos cenários analisados. A avaliação contínua das atividades críticas não revelou alterações face às atividades identificadas em anos anteriores.

Em 2022, não foi efetuado o teste referente à execução das atividades críticas em instalações alternativas, uma vez que todos os colaboradores dispõem da possibilidade e das ferramentas adequadas para o exercício das atividades em teletrabalho. salienta-se que, devido ao COVID-19, durante um longo período de tempo, a Companhia teve 100% dos colaboradores a efetuar as suas atividades em regime de teletrabalho, não tendo sido identificadas incidências.

Destaca-se que em 2022 a Companhia mudou de instalações físicas. Este facto associado à nova realidade de possibilidade de teletrabalho, bem como a novos requisitos ao nível de cibersegurança e de prestadores de serviços tecnológicos em nuvem, implicaram a revisão do Plano de Continuidade, encontrando-se esta atividade a decorrer.

Contudo, todas as atividades, críticas e menos críticas, têm sido asseguradas de modo a dar continuidade às atividades do canal de distribuição, responder atempadamente e adequadamente a acionistas e Autoridade de Supervisão e promover um serviço de excelência junto dos clientes.

Função de verificação do cumprimento

A função de verificação do cumprimento é uma das funções-chave integradas na segunda linha de defesa do modelo de governação da Companhia. Está atribuída à Direção de Qualidade e *Compliance*, que efetua um acompanhamento de todos os requisitos legais e regulamentares no sentido de assegurar que são adequadamente implementados na Companhia mecanismos que permitam cumprir esses requisitos e mitigar riscos legais.

A implementação da função obedeceu aos requisitos de independência e objetividade que se espera face aos temas que fazem parte do seu âmbito de atuação.

Destacam-se também nas suas funções e responsabilidades, a monitorização da prevenção da fraude interna e externa e do branqueamento de capitais. O responsável pela Direção é também interlocutor junto da ASF no que respeita ao processo de gestão de reclamações. Compete à função identificar os riscos de incumprimento, sendo os resultados deste trabalho reportados e analisados no Comité de Risco.

Durante 2022, esta função analisou a aplicabilidade de novos requisitos regulamentares ou corporativos, definiu planos de ação de modo a garantir a sua implementação e analisou o seu grau de cumprimento. Destacam-se as seguintes ações relacionadas com os temas em análise:

- Comunicação das novidades legislativas e regulamentares, diligenciando, sempre que se justifique, pelo acompanhamento da implementação de medidas e alteração de procedimentos junto das áreas operacionais para assegurar o cumprimento normativo;
- Monitorização de temas relacionados com a prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo;
- Acompanhamento e monitorização contínua do projeto inerente ao RGPD, nomeadamente através de formação aos colaboradores e parceiros essenciais em matéria de dados pessoais. Adicionalmente, enviámos inquéritos aos prestadores essenciais para aferir do grau de cumprimento com o RGPD;
- Acompanhamento e monitorização contínua do projeto inerente à Distribuição de Seguros;
- Análise e monitorização de casos suspeitos de fraude;
- Elaboração e apresentação ao Órgão de Administração do relatório anual de *Compliance*, que sintetiza todas as ações efetuadas a este nível.

B.5. Função de auditoria interna

A função de auditoria interna faz parte da terceira linha de defesa do modelo de governação da ASP Não Vida. A sua principal responsabilidade consiste em aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos restantes elementos do sistema de governação.

A Companhia implementou esta função no final de 2016. O modelo de funcionamento teve em consideração o princípio da proporcionalidade previsto no regime regulamentar de Solvência II.

A operacionalização da função de auditoria interna da Companhia encontra-se subcontratada à *Aegon Administracion y Servicios AIE (Aegon AIE)*, um agrupamento complementar de empresas, do qual a Companhia faz parte, bem como o seu acionista maioritário. Porém, em cumprimento do normativo referente às funções-chave, encontra-se nomeado e registado junto da ASF um responsável interno pela função que assegura a relação entre esta entidade e as diversas áreas operacionais, bem como a relação com o Supervisor e auditores externos.

Destaque-se a independência da área de auditoria interna da Aegon AIE face às restantes áreas que prestam outros serviços à Companhia e que podem ser incluídos em âmbitos de auditorias. Na estrutura interna da Aegon AIE, a área de auditoria interna reflete uma completa segregação de funções e independência face a outras áreas, garantindo que os trabalhos de auditoria são executados com rigor e isenção e que os resultados são exatos e fiáveis.

A Companhia dispõe de uma política de auditoria interna, que foi aprovada pelo Conselho de Administração. O documento define as responsabilidades, funções, dependência, princípios orientadores e metodológicos, organização e estrutura relacional da função. A política estabelece ainda as diretrizes operacionais e processuais básicas de auditoria, de forma a garantir que os trabalhos de auditoria interna são adequados aos processos e metodologias utilizadas na Companhia.

A principal missão desta função é a planificação e realização dos processos de auditoria de acordo com o regime legal em vigor e as diretrizes do Órgão de Administração da Companhia, de modo a assegurar a veracidade da informação, minimizar riscos e melhorar a eficácia da gestão. Destacam-se as principais funções específicas que permitem concretizar esta missão:

- Desenvolver e propor o estabelecimento de normas e procedimentos de auditoria para a Companhia;
- Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de auditoria;

- Planificar e realizar as auditorias e investigações específicas necessárias para prevenir e detetar os riscos económicos, operacionais, reputacionais e de alteração da informação contabilística;
- Supervisionar o cumprimento das normas internas e externas aplicáveis à atividade da Companhia e, em especial, no que se refere ao sistema de governação e à função de verificação do cumprimento;
- Rever a documentação contabilística e administrativa e a sua adequação aos normativos internos e externos;
- Informar o Órgão de Administração das anomalias ou inconsistências detetadas sugerindo medidas de correção;
- Colaborar nos trabalhos de auditoria externa e do Supervisor, verificando a implementação de requisitos e recomendações efetuadas por estas entidades no âmbito das suas funções, tendo sido aceites pelo Conselho de Administração;
- Verificar a implementação e monitorização das recomendações emitidas em resultado das auditorias efetuadas e que foram aceites pelo Conselho de Administração;
- Analisar e avaliar as fraudes internas e externas, propondo planos de atuação com vista à sua prevenção;
- Elaborar um plano anual de auditoria baseado na análise prévia dos riscos a que está exposta a Companhia.

O plano previsto para 2022 foi cumprido. A avaliação do risco e identificação de fragilidades, requisitos corporativos ou legais determinaram a definição do referido plano. Relativamente às recomendações emitidas e aos pontos passíveis de melhoria foram identificados planos de ação e os responsáveis pela sua implementação. Trimestralmente, no Comité Financeiro e de Auditoria é monitorizado o cumprimento dos planos de ação acordados.

B.6. Função atuarial

A função atuarial é identificada como uma função-chave que faz parte da segunda linha de defesa do modelo de governação.

A definição da função teve em consideração a necessidade de se garantir a independência entre as atividades operacionais e os processos relativos a provisionamento, subscrição e resseguro. Foram também assegurados requisitos referentes a conhecimentos em matemática atuarial e financeira e à experiência relativa às normas aplicáveis.

Assim, de acordo com os requisitos do regime de Solvência II, durante o ano de 2022, o responsável pela função emitirá o seu parecer sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro.

Para além de emitir o referido parecer e apresentá-lo ao Órgão de Administração, a função tem ainda como principais responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Garantir a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do SCR e do requisito de capital mínimo (MCR), bem como ao ORSA.

B.7. Subcontratação

A Companhia dispõe de uma política de subcontratação que define regras a considerar no processo de avaliação e adjudicação de serviços prestados por entidades externas.

Para garantir a adequada execução das atividades, salvaguardando a sua boa imagem e confiança junto dos diversos *stakeholders* e promovendo os bons resultados e a sustentabilidade, a Companhia é responsável pela definição de mecanismos de monitorização do serviço prestado por entidades externas.

As entidades são consideradas prestadores de serviços externos essenciais, ou seja, que prestam serviços no âmbito de atividades estratégicas ou operacionais de negócio (incluindo trabalhos de consultadoria e manutenção informática) se, pela sua natureza:

- Realizam atividades de forma permanente e habitual ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pelo impacto que possa ter na atividade operacional da Companhia ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pelo acesso a dados da Companhia ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pela representação da Companhia que a entidade externa possa assumir junto dos clientes.

A Companhia identificou um responsável pela monitorização do cumprimento de cada contrato. Foi definido um plano de controlo, com mecanismos de reporte e níveis de serviço a cumprir, que é monitorizado por este interlocutor.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades externas identificadas como essenciais e que fazem parte deste processo de monitorização:

Quadro 5 – Prestadores de serviços externos essenciais

Principais Prestadores	Principal atividade	Jurisdicção em que o prestador se localiza
Aegon Administracion y Servicios AIE	Atividades relacionadas com cálculos atuariais, gestão de investimentos, auditoria interna e recursos humanos	Espanha
Axa Assistance, Serviços Portugal, S.A.	Gestão de sinistros MRH	Portugal
Ecco Salva, Medical Services, Lda	Prestação de serviços relativos a coberturas complementares	Portugal
I2S - Informática, Sistemas e Serviços, S.A.	Software - GIS	Portugal
Santander Global Technologies	Sistemas e <i>Hardware</i>	Espanha
Banco Santander Totta	Aplicações informáticas	Portugal
Neyond - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A.	Gestão de processos de <i>outsourcing e back office</i>	Portugal
Contisystems - Tecnologias de Informação, S.A.	Impressão e arquivo de documentação	Portugal
Future Healthcare, S.A.	Gestão de sinistros de Saúde	Portugal
Bi4all - Consultores de Gestão	Implementação e transformação de dados associados ao projeto de implementação de DW e processos IFRS17	Portugal
Leads R Us, Lda	Gestão de informação no <i>website</i>	Portugal

Os indicadores de controlo e performance destas entidades são apresentados e analisados no Comité de IT e Operações, tal como mencionado nas principais funções deste Comité.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno tem também focado a sua atividade no desenvolvimento de um plano de controlo mais regular sobre as atividades prestadas pelos prestadores externos essenciais, definindo métricas e reportes adicionais. A

definição das matrizes de risco, que tal como referido anteriormente está em curso, foca-se também nos processos executados por estas entidades.

Este trabalho e análise tem permitido a implementação de melhorias no que respeita aos controlos executados, bem como aos próprios procedimentos, mitigando o risco operacional. Dependendo da criticidade dos temas em análise e dos resultados, estes poderão ser reportados ao Comité de Risco.

No que respeita à subcontratação de funções-chave, refira-se que a função de Auditoria Interna se encontra subcontratada à Aegon AIE, como mencionado no ponto B.5 do presente relatório. No entanto, a Companhia mantém o controlo sobre as atividades e a responsabilidade pela função junto da ASF.

B.8. Eventuais informações adicionais

No âmbito do Sistema de Governação, a Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes.

C. Perfil de risco

O processo de gestão de risco assenta principalmente numa adequada estratégia de risco.

A Companhia adotou uma estratégia de risco que estabelece a preferência pelos riscos em função da estratégia de negócio, das necessidades dos clientes, da sua capacidade de gestão dos diferentes riscos, da possibilidade de os mitigar e da rendabilidade associada à sua assunção e rapidez com que se podem materializar.

Da estratégia de risco resultam definições de tolerância materializadas em:

- Política de gestão de capital: foram definidos diferentes intervalos relativos à posição de solvência da Companhia, aos quais correspondem diferentes planos de ação para que direcionem a Companhia para o cumprimento dos requisitos regulamentares ou para o nível de otimização do capital:
 - Objetivo: zona para a execução da estratégia, geração de capital e distribuição de dividendos. O nível operacional, que será utilizado para os cálculos de geração de capital, deve estar dentro desta zona. É estabelecido um nível igual ou superior a 135%;
 - Recuperação: planos acelerados de acumulação de capital, para atingir a Zona Objetivo no prazo de 12 meses. Dividendos e aquisições são suspensos. A Zona de Recuperação é determinada, em primeira instância, para evitar que o nível de capitalização da empresa desça abaixo dos 100% do SCR, após a ocorrência de um cenário de *stress* equivalente a um evento estatístico de probabilidade 1 em 10 anos;
 - Plano regulatório: plano de recapitalização ao nível exigido pelo Supervisor, dentro do prazo máximo estabelecido por este.
- Teste de continuidade de negócio: anualmente é testado o nível de capitalização da Companhia de acordo com o horizonte temporal do plano de negócio considerando cenários específicos. Estes permitem validar a continuidade do negócio mediante condições de *stress* consideradas relevantes para o perfil de risco identificado. Os níveis de capitalização medem-se de acordo com os requisitos regulamentares. Em condições de *stress*, a Companhia deve permanecer capitalizada acima do nível de alerta.
- Cultura de gestão de risco: uma forte cultura de risco integrada nas operações do negócio é essencial para garantir uma aceitação de risco equilibrada. Não existe

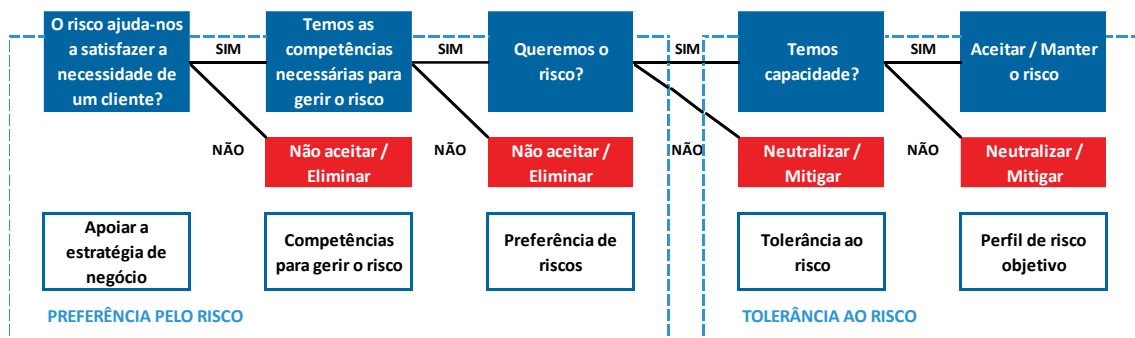
tolerância relativamente a incumprimentos legais ou com os clientes e uma tolerância limitada para eventos operacionais, de fraude ou quebras de confidencialidade ou integridade dos dados.

Por forma a estabelecer-se o apetite ao risco da Companhia devem ser considerados dois fatores essenciais: o retorno esperado e a sua valorização.

De acordo com o *trade-off* entre o preço pago pelo risco e o seu interesse para a Companhia e para os seus clientes, o retorno esperado é classificado como alto, médio ou baixo. Por outro lado, a valorização do risco depende de variadíssimos fatores, entre os quais, do horizonte temporal necessário à concretização do risco e do retorno, da possibilidade de ser mitigado ou transferido, da rapidez de materialização, do facto de se tratar de um risco de cauda ou não, do seu nível de diversificação no conjunto dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e do facto de se tratar de um risco com comportamento pró-cíclico ou não.

Tendo em conta a capacidade de capital da Companhia e a sua estratégia de negócio, o processo de definição das preferências ao risco segue as seguintes etapas:

Figura 5 – Definição da preferência ao risco

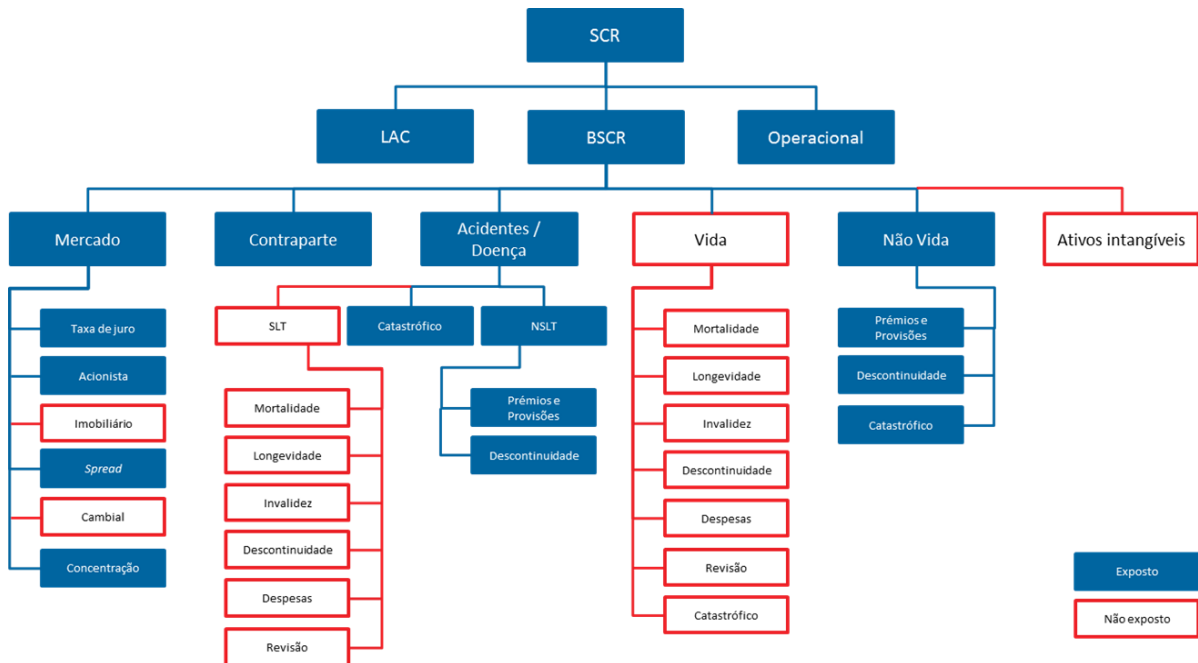


Esta análise é realizada tendo em consideração uma metodologia específica que classifica os diferentes riscos em função das seguintes características: grau de alinhamento com os interesses dos clientes, nível de retorno esperados e as particularidades gerais do risco.

Assim, em função da preferência pelos riscos, da sua competência para os gerir e da sua capacidade atual para os tomar, os limites por risco são fixados, tendo como restrições o capital disponível, a capacidade adicional para os assumir e o plano de negócios.

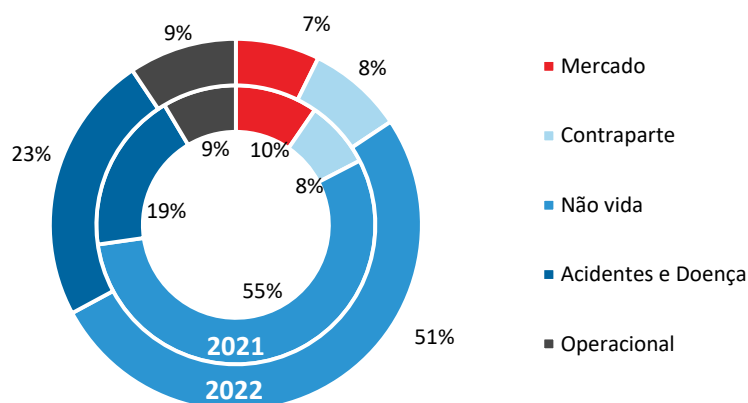
Considerando os produtos que a Companhia comercializa e as linhas pelas quais orienta o seu negócio, apresentam-se os módulos e submódulos de risco da fórmula-padrão de Solvência II aos quais esta se encontra exposta:

Figura 6 – Exposição aos riscos da fórmula-padrão



O atual perfil de risco da Companhia, determinado com base nos resultados da fórmula-padrão, apresenta-se na seguinte figura:

Figura 7 – Perfil de risco atual



A identificação, as declarações de apetite ao risco, as formas de monitorização, controlo e mitigação e os resultados relativos aos cenários de sensibilidade por tipo de risco são apresentados nos pontos que se seguem.

C.1. Risco específico de seguros

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, provisões, descontinuidade e catastrófico.

O risco de prémios relaciona-se com o custo total estimado que a Companhia terá de suportar para regularizar todos os sinistros que venham a ocorrer no futuro, enquadráveis nas coberturas das apólices em vigor à data a que se reporta a avaliação, deduzidos dos prémios futuros a receber respeitantes a essas apólices.

O risco de provisões é determinado com base no custo total estimado que a Companhia terá de suportar para regularizar todos os desenvolvimentos futuros dos sinistros que tenham ocorrido até à data a que se reporta a avaliação, quer tenham sido comunicados quer não.

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação das apólices.

O risco catastrófico decorre de eventos extremos ou irregulares cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguros. Decorrem normalmente de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

O seguinte quadro apresenta o apetite aos diferentes riscos específicos de seguros da Companhia:

Quadro 6 – Valorização dos riscos específicos de seguros

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Risco específico de Não Vida	Alto	Alto	Contribui diretamente para a satisfação das necessidades de proteção dos nossos clientes. O prémio obtido oferece um retorno atrativo.
Comportamento dos tomadores de seguros	Alto	Baixo	A maior parte dos riscos de comportamento dos tomadores de seguros advém da alta rentabilidade dos produtos. O risco reflete a possibilidade de anulações superiores ao considerado.

Gestão e controlo

A gestão do risco específico de seguros é efetuada através da combinação das políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas com o documento “Governança e Gestão de Risco”.

A Política de Subscrição permite assegurar que a Companhia mantém um perfil de risco de subscrição consistente com o perfil de risco definido pelos seus Órgãos de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash flows* enquanto a rentabilidade de cada produto ou de grupos de produtos, é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira, de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

Por sua vez, a Política de Provisões Técnicas, que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras, inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de reservas relacionadas com o risco específico de seguros.

Assim, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos. A adequação da estimativa das responsabilidades da

atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação, acompanhando assim o impacto resultante das anulações no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação estimada.

Importa ainda salientar que, numa ótica de monitorização do risco específico de seguros da ASP Não Vida, são efetuadas avaliações e testes de sensibilidade às hipóteses consideradas nos cálculos por uma entidade externa.

Por último, sendo o principal objetivo do resseguro mitigar e limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro, a Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos.

Neste sentido, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores utilizados são os apropriados e para evitar uma excessiva concentração por ressegurador.

As principais características dos tratados de resseguro, detidos pela ASP Não Vida a 31 de dezembro de 2022, estão resumidas na tabela que se segue:

Quadro 7 – Tratados de resseguro

Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção da Companhia	Limite do tratado
Acidentes pessoais telemarketing	Proporcional <i>Quota-Share</i>	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	80 000 € ⁽¹⁾	2 000 000 €
Acidentes pessoais CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	7 500 000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	400 000 €
Acidentes de trabalho - XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	100 000 €	1 800 000 €
Proteção Jurídica AT Assistência MRH Assistência Saúde Assistência (apólices ex-Popular Seguros) Proteção Jurídica (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multirrisco habitação - XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	75 000 €	3 000 000 €
Multirrisco habitação - CAT XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 500 000 €	300 000 000 €
Multirrisco habitação - Prot Reinst	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-
Saúde Risco Base	Proporcional <i>Quota-Share</i>	40%	-
Saúde Doenças Graves Internacional	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

⁽¹⁾ por cabeça

Avaliação e análises de sensibilidade

Os riscos específicos de seguros são avaliados de acordo com os cenários ou *stress* definidos na fórmula-padrão do regime Solvência II. Assim, de acordo com a carteira de seguros em 2022 e 2021, os diferentes riscos específicos de seguros foram avaliados nos seguintes montantes:

Quadro 8 – Avaliação dos riscos específicos de seguros

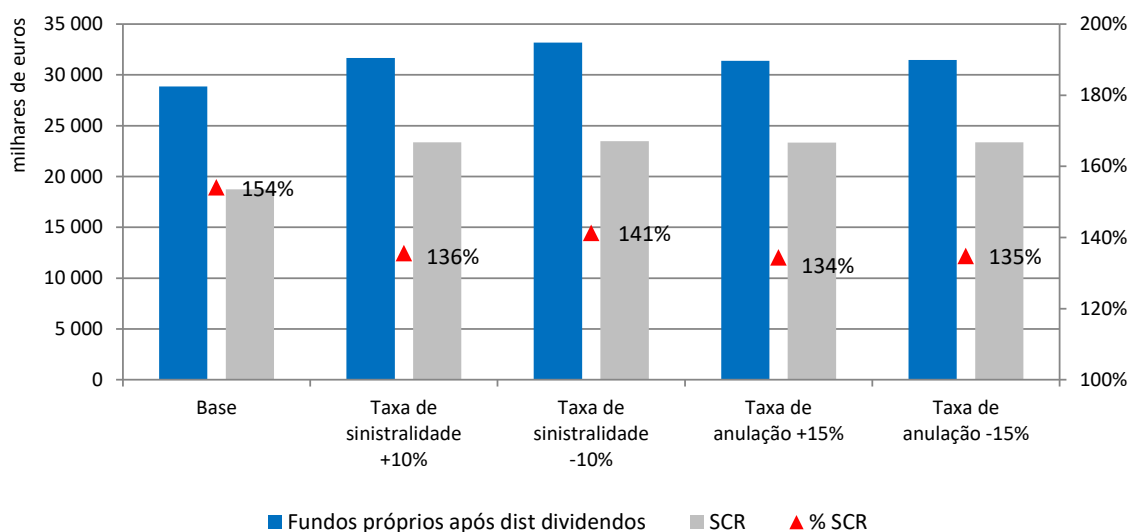
Risco específico de seguros	Milhares de euros	
	2022	2021
Risco específico dos seguros de não vida	16 564	14 319
<i>Prem&Res</i>	13 963	11 644
<i>Descontinuidade</i>	2 333	2 275
<i>CAT</i>	5 791	5 617
<i>Diversificação</i>	-5 523	-5 218
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	7 552	4 838
<i>NSLT</i>	7 506	4 790
<i>Prem&Res</i>	7 058	4 544
<i>Descontinuidade</i>	2 555	1 514
<i>CAT</i>	177	178
<i>Diversificação</i>	-131	-130

Da sua análise verifica-se que, à semelhança do ano anterior, os principais riscos específicos de seguros da Companhia são o risco de prémios e reservas e o risco catastrófico.

No que respeita ao risco de prémios e reservas verificou-se um aumento de 19,9% face a 2021, essencialmente, devido ao aumento da carteira. Relativamente ao risco catastrófico verificou-se um acréscimo de 3,1%, pelo mesmo motivo.

No quadro seguinte são apresentadas sensibilidades relativas ao risco específico de seguros não vida:

Figura 8 – Sensibilidades risco específico de seguros de não vida



C.2. Risco de mercado

O risco que decorre das variações adversas no valor dos ativos relacionados com alterações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro é representado pelo risco de mercado.

Assim, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Por sua vez, o risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Da análise dos ativos da Companhia, constata-se que este risco se encontra apenas nas obrigações, em especial, nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Do lado dos passivos este risco é imaterial, visto que a Companhia apenas explora produtos de risco sem opções ou garantias.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia a obrigações por tipo de taxa de cupão, entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 9 – Composição da carteira de obrigações por tipo de taxa

	Milhares de euros			
	2022		2021	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	48 398	96%	42 580	95%
Obrigações de taxa variável	1 791	4%	2 016	5%
Total	50 188	100%	44 596	100%

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

No que diz respeito ao risco acionista, que resulta da alteração do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais, a exposição da Companhia é residual, porque esta apenas detém uma pequena participação num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE.

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A Companhia também não se encontra exposta a este tipo de risco, pois a sua Política de Investimentos não prevê investimento em imóveis ou fundos imobiliários.

Por último, o risco de concentração, que se refere à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor, surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

Uma vez que este risco é plenamente diversificável, a sua gestão está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A composição da carteira de ativos financeiros por setores de atividade, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 10 – Composição da carteira de ativos por setor de atividade

Setor de atividade	Milhares de euros			
	2022		2021	
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)
Governamental	19 929	40%	12 609	28%
Financeiro	14 386	29%	15 049	34%
Consumo, não cíclico	3 575	7%	4 112	9%
Consumo, cíclico	3 290	7%	4 111	9%
Utilities	2 128	4%	1 997	4%
Asset backed securities	1 882	4%	983	2%
Comunicações	1 392	3%	1 612	4%
Energia	1 284	3%	1 504	3%
Multi-nacional	835	2%	912	2%
Tecnologia	782	2%	900	2%
Materiais básicos	703	1%	807	2%
Total	50 188	100%	44 596	100%

O seguinte quadro apresenta o apetite aos diferentes riscos de mercado da Companhia:

Quadro 11 – Valorização dos riscos de mercado

Categoria	Valorização risco	Retorno esperado	Descrição
Defaults / Descida de qualificação creditícia	Médio	Alto	Aceitamos o risco de não pagamento e de descida da qualidade creditícia porque se espera que no longo prazo os <i>spreads</i> obtidos compensem adequadamente estes riscos. Os critérios de valorização do risco não são favoráveis: é um risco que se comporta de modo pro-cíclico, a suficiência dos <i>spreads</i> obtidos não é rapidamente observável e é um risco altamente correlacionado com os outros riscos de mercado, embora possa ser diversificado mantendo uma concentração reduzida em emitentes individuais.
Spreads de crédito	Alto	Alto	A parte dos <i>spreads</i> de crédito que não cobre o risco de <i>default</i> ou de descida de qualificação de crédito é facilmente realizável se se mantiver um <i>matching</i> de ativos e passivos. A estratégia de investimentos está baseada em manter os ativos até à maturidade e com uma posição neutra no diferencial de duração entre ativos e passivos.
Ações – Exposição Direta	Baixo	Alto	A manutenção de posições de taxa variável mediante o investimento direto não satisfaz uma necessidade imediata dos clientes. A história demonstra que, com relativa frequência, as instituições financeiras se viram forçadas a vender as suas posições, em momentos de crise de mercado, para reforçar as suas posições de capital regulamentar.
Concentração	Médio	Alto	Este risco é uma consequência natural do negócio, como tal é aceite, contudo a Companhia gere-o através de uma monitorização regular da estrutura da carteira de ativos e da condução de uma estratégia de diversificação da mesma.
Outros investimentos	Médio	Alto	Embora se espere obter retornos atrativos investindo em classes de ativos alternativas (infraestruturas, imobiliário, ...), as Companhias atuam com prudência para incorporar riscos deste tipo na sua atividade. Antes de se assumir este tipo de riscos deve-se analisar se existem os mecanismos necessários para os valorizar e gerir adequadamente.
Taxas de juro	Baixo	Baixo	Não se espera que a longo prazo seja possível obter retornos atrativos pela exposição a risco de taxa de juro, por isso as Companhias decidiram mitigar / cobrir este risco da melhor forma possível. Não obstante, podem existir situações em que compense ter uma exposição razoável a taxas de juro e como tal define-se tolerância para este tipo de risco, que é controlada através de limites.
Divisa	Baixo	Baixo	Não existe apetite para este tipo de risco, exceto para exposições indiretas.

Gestão e controlo

Os resultados são influenciados pelos resultados da atividade de investimentos. Para que este impacto seja positivo é necessário definir regras e estratégias de gestão de ativos prudentes, que sigam princípios que protejam a Companhia face a movimentos adversos no mercado.

Neste sentido, a Companhia definiu princípios qualitativos e quantitativos na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. Estes princípios seguem o previsto no artigo 149.º da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, referente ao princípio do gestor prudente.

A referida política incorpora um mandato de gestão de investimentos atribuído à entidade Aegon AIE, que executa as transações, determina e analisa indicadores de controlo e monitorização, que são reportados regularmente à Companhia.

A responsabilidade pela atividade, a análise e revisão de estratégias é atribuída à ASP Não Vida.

Para além de definir limites e objetivos concretos como limites por emissor, *ratings*, setores de atividade e objetivo de rentabilidade da carteira, a política define também regras de valorização, de análise de *ratings* e de reporte. Esta política foi analisada pelo Comité de Risco e aprovada pelo Conselho de Administração, cumprindo o previsto no sistema de governação.

O objetivo da gestão de ativos da Companhia é construir uma carteira diversificada de taxa fixa, que maximize a rentabilidade ajustada pelo consumo de capital económico, sujeita aos limites e restrições do plano económico.

A estratégia de risco da Companhia resume-se do seguinte modo:

- Preferência pelo risco de *spread*;
- Não apetência pelo risco de crédito, entendido como o resultante de alteração creditícia, com exceção do necessário a assumir relativamente ao risco de *spread*;
- Não existe apetite pelo risco de *mismatch*, referente a variações de taxas de juro ou cambiais;
- Não existe apetite por risco de taxa variável, com a exceção de empresas participadas.

Adicionalmente, o Comité de Risco integra nas suas responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco. Além disso, é verificada a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitorizada a atividade relacionada com a sua gestão. Os níveis dos riscos de mercado são

controlados com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

Para além da monitorização efetuada pelo Comité de Risco, os resultados são também apresentados ao Conselho de Administração.

Avaliação e análises de sensibilidade

À semelhança dos riscos específicos de seguros, os riscos de mercado também foram avaliados de acordo com os cenários ou *stress* definidos na fórmula-padrão do regime Solvência II. Assim, de acordo com a carteira de investimentos a 31 de dezembro de 2022 e 2021, os diferentes riscos de mercado foram avaliados nos seguintes montantes:

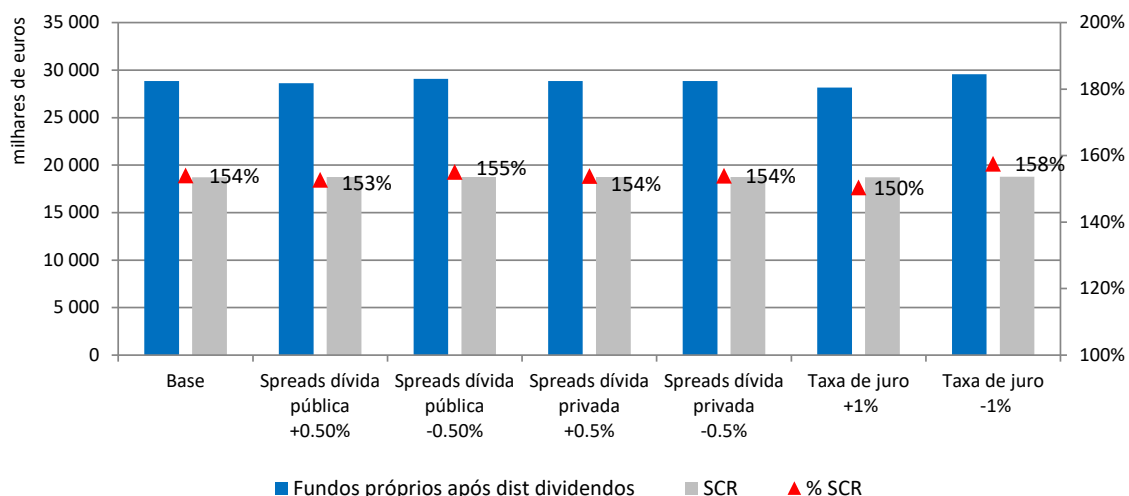
Quadro 12 – Avaliação dos riscos de mercado

	Milhares de euros	
	2022	2021
Risco de mercado	2 350	2 480
<i>Taxa juro</i>	1 912	1 537
<i>Acionista</i>	0	0
<i>Spread</i>	1 367	1 945
<i>Concentração</i>	0	48
<i>Diversificação</i>	-928	-1 051

Os principais riscos de mercado são o risco de taxa de juro e o risco de *spread*. Como referido anteriormente, a Companhia não se encontra exposta ao risco cambial, imobiliário e apenas apresenta uma exposição residual ao risco acionista.

No quadro seguinte são apresentadas sensibilidades relativas ao risco de *spread*, de dívida pública e de dívida privada, e ao risco de taxa de juro:

Figura 9 – Sensibilidades risco de mercado



C.3. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes, excluindo o risco considerado no âmbito do risco de *spread* de crédito apresentado no ponto C.2.

Este risco pode ser decomposto em dois grupos de risco:

- Tipo 1, que inclui, de forma genérica, exposições a resseguradores, depósitos bancários e a contrapartes em instrumentos financeiros derivados. Normalmente são exposições não diversificadas e com *rating* de crédito disponível;
- Tipo 2, que compreende outras exposições, como, por exemplo, dívidas de intermediários ou de tomadores de seguro. Exposições usualmente diversificadas e sem *rating* de crédito disponível.

Da análise das exposições da Companhia verifica-se que este risco se encontra principalmente nos ativos relativos a resseguro e a contas a receber por operações de seguro (clientes).

O seguinte quadro apresenta o apetite ao risco de incumprimento pelas contrapartes da Companhia:

Quadro 13 – Valorização do risco de incumprimento pelas contrapartes

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Incumprimento pelas contrapartes	Médio	Baixo	A maior parte do risco resulta das exposições das contrapartes de resseguro utilizadas na mitigação de risco específico de seguros, como tal é uma consequência natural de negócio relativa à mitigação de riscos mais severos. No entanto, a Companhia não valoriza o risco de crédito, gerindo-o através da definição de critérios de seleção e diversificação rigorosos das suas contrapartes de resseguro.

Gestão e controlo

Por forma a gerir tanto o risco de *spread* de crédito como o risco de incumprimento pelas contrapartes, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por ressegurador.

Na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

O quadro que se segue apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 14 – Exposição ao risco de crédito por *rating*

2022	Milhares de euros							Sem <i>rating</i>	Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	6 222	-	-	-	-	-	6 222
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 774	6 038	20 238	13 138	-	-	-	-	50 188
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	450	-	450
Total	10 774	6 038	26 460	13 138	-	-	450	-	56 860

2021	Milhares de euros							Sem <i>rating</i>	Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	5 229	-	-	-	-	-	5 229
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 796	2 692	24 974	14 134	-	-	-	-	44 596
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	497	-	497
Total	2 796	2 692	30 203	14 134	-	-	498	-	50 323

A qualidade creditícia dos diversos resseguradores é um fator relevante na avaliação económica dos recuperáveis de resseguro e requisito de capital de contraparte, de acordo com os critérios de Solvência II. O *credit quality step* (CQS) é definido em função do *rating* atribuído ao ressegurador e a probabilidade de incumprimento relaciona-se diretamente com este.

No quadro seguinte é apresentado a informação creditícia dos diferentes resseguradores:

Quadro 15 – Rating das contrapartes de resseguro

Ressegurador	S&P	Moody's	Fitch	Rating considerado	CQS	PD
AXA	AA-	Aa3	-	AA-	1	0,01%
Chubb	AA	-	-	AA	1	0,01%
Gen Re	AA+	Aa1	-	AA+	1	0,01%
Hannover Re (Bermuda)	AA-	-	-	AA-	1	0,01%
IPA	NR	NR	NR	NR	-	4,18%
Mapfre Re	A+	-	-	A+	2	0,05%
Munich Re	AA-	Aa3	AA-	AA-	1	0,01%
Nacional Re	A	-	-	A	2	0,05%
Odyssey Re	AA-	-	-	AA-	1	0,01%
Qbe Re	A+	A1	-	A+	2	0,05%
R+V Versicherung AG	A+	-	-	A+	2	0,05%
RGA	AA-	-	-	AA-	1	0,01%
SCOR SE	AA-	Aa3	A+	AA-	1	0,01%
Swiss Re	AA-	Aa3	-	AA-	1	0,01%

A identificação do *rating* a considerar tem como base as classificações em vigor publicadas pelas agências *Standard & Poors*, *Moody's* e *Fitch*. No caso de emissões com qualificação não equivalente entre duas agências, é considerada a que atribuí classificação inferior e, no caso de se verificarem três classificações distintas, é utilizada a de nível intermédio.

No que diz respeito à diversificação deste risco, os quadros seguintes apresentam a participação dos resseguradores por tratado:

Quadro 16 – Participação dos resseguradores por tratado

Ressegurador	Participação												
	AP Telemarketing	AP 2015	AP CAT	AT QS	AT XL CAT	Proteção Jurídica AT Assistência MRH Assistência Saúde Assistência (apólices ex-Popular) Proteção Jurídica (apólices ex-Popular)	MRH XL	MRH CAT XL	MRH Prot Reinst	RC	Saúde Risco Base	Saúde Doenças Graves Internacional	Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular)
AXA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%
Chubb	100,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gen Re	-	-	50,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Re (Bermuda)	-	-	-	-	-	-	-	6,5%	-	-	-	-	-
IPA	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	-	-	-	-	-
Mapfre Re	-	10,0%	-	-	-	-	10,0%	15,0%	-	-	-	-	-
Munich Re	-	35,0%	-	-	-	-	15,0%	15,0%	-	-	100,0%	100,0%	-
Nacional Re	-	15,0%	-	-	-	-	3,0%	2,0%	-	-	-	-	-
Odissey Re	-	-	-	-	-	-	8,5%	5,0%	-	-	-	-	-
Qbe Re	-	-	-	-	-	-	10,0%	6,5%	-	-	-	-	-
R+V Versicherung AG	-	-	-	100,0%	100,0%	-	15,0%	15,0%	-	50,0%	-	-	-
RGA	-	20,0%	30,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SCOR SE	-	20,0%	-	-	-	-	15,0%	15,0%	-	-	-	-	-
Swiss Re	-	-	20,0%	-	-	-	23,5%	20,0%	100,0%	50,0%	-	-	-
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Por último, é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre o último dia de 2022 e 2021:

Quadro 17 – Exposição à dívida pública

País ^(*)	Milhares de euros			
	2022		2021	
	Valor de Balanço	Peso	Valor de Balanço	Peso
Alemanha	7 756	39%	-	0%
Portugal	5 989	30%	6 420	51%
Holanda	2 132	11%	1 813	14%
Espanha	850	4%	932	7%
Reino Unido	835	4%	912	7%
Polónia	720	4%	762	6%
Bélgica	632	3%	692	5%
Irlanda	620	3%	669	5%
Itália	394	2%	407	3%
Total	19 929	61%	12 609	100%

(*) Considera-se a alocação a obrigações governamentais por país de acordo com o definido no Regulamento Delegado

Avaliação

Avaliando o risco de incumprimento pelas contrapartes da Companhia de acordo com a fórmula-padrão do regime Solvência II em 2022 e 2021, verifica-se que a Companhia não está significativamente exposta a este risco:

Quadro 18 – Avaliação do risco de incumprimento

	Milhares de euros	
	2022	2021
Risco de incumprimento pela contraparte	2 685	2 021
<i>Tipo 1</i>	2 636	1 965
<i>Tipo 2</i>	65	74
<i>Diversificação</i>	-16	-18

Destaque-se o acréscimo de 34,1% do risco de contraparte classificado como tipo 1 face a 2021, que se deveu, essencialmente, do aumento do montante em caixa.

Não foram efetuadas análises de sensibilidades relativamente ao risco de incumprimento pela contraparte uma vez que não se considera que este risco seja materialmente relevante no total do perfil de risco da ASP Não Vida, representado apenas 14%. No entanto, no ponto C.2 foram efetuadas sensibilidades relativamente ao risco de *spread* de crédito.

C.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

O seguinte quadro apresenta o apetite ao risco de liquidez da Companhia:

Quadro 19 – Valorização do risco de liquidez

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Liquidez	Baixo	Baixo	É uma consequência natural do negócio. No entanto a Companhia gere-o de modo a minimizar o seu valor, através de um quadro de gestão de risco de liquidez adequado.

Gestão e controlo

A Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos e limites que a carteira de investimentos deve apresentar por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos. Adicionalmente, a Companhia efetua uma monitorização detalhada das suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa ou mediante a realização de investimentos, ajustando regularmente as necessidades/excedentes de capital.

Avaliação

O seguinte quadro apresenta a análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 20 – Análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros

Milhares de euros							
2022	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	6 222	6 222
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 261	5 855	23 719	13 558	3 796	-	50 188
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	450	-	-	-	-	-	450
Total	3 711	5 855	23 719	13 558	3 796	6 222	56 860
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	10	-	-	-	-	-	10
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 545	-	-	-	-	-	3 545
Contas a pagar por operações de resseguro	2 265	-	-	-	-	-	2 265
Contas a pagar por outras operações	2 638	-	-	-	-	-	2 638
Total	8 459	-	-	-	-	-	8 459

Milhares de euros							
2021	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	5 229	5 229
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	709	2 039	14 594	13 535	13 720	-	44 596
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	497	-	-	-	-	-	497
Total	1 206	2 039	14 594	13 535	13 720	5 229	50 323
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	19	-	-	-	-	-	19
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 720	-	-	-	-	-	3 720
Contas a pagar por operações de resseguro	1 924	-	-	-	-	-	1 924
Contas a pagar por outras operações	3 062	-	-	-	-	-	3 062
Total	8 725	-	-	-	-	-	8 725

No que respeita ainda ao risco de liquidez, os *Expected Profits Included in Future Premiums* (EPIFP) correspondem ao valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros resultante da inclusão nas provisões técnicas dos prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, mas que possam não ser recebidos por qualquer

outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos EPIFP ascendia a 10,8 M€ (9,3 M€ em 2021).

C.5. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

O risco operacional está diretamente relacionado com o sistema de controlo interno, que integra mecanismos que permitem identificar, gerir e mitigar este tipo de risco.

Integrado nesta categoria de risco, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

O quadro seguinte apresenta a valorização do risco operacional da Companhia:

Quadro 21 – Valorização do risco operacional

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Operacional	Baixo	Baixo	É uma consequência natural do negócio, como tal é aceite. O risco controla-se mediante a definição de um quadro de gestão de risco operacional adequado.

Gestão e controlo

No ponto B.4 do presente relatório foram já apresentados os principais mecanismos de identificação, gestão e controlo, como o processo de reporte trimestral de controlos operacionais, a implementação da base de dados de perdas, a definição e operacionalização do plano de continuidade de negócio e a implementação da função de verificação do cumprimento.

Para além destas medidas, sintetizam-se outras que permitem identificar, gerir e mitigar o risco operacional:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

Avaliação

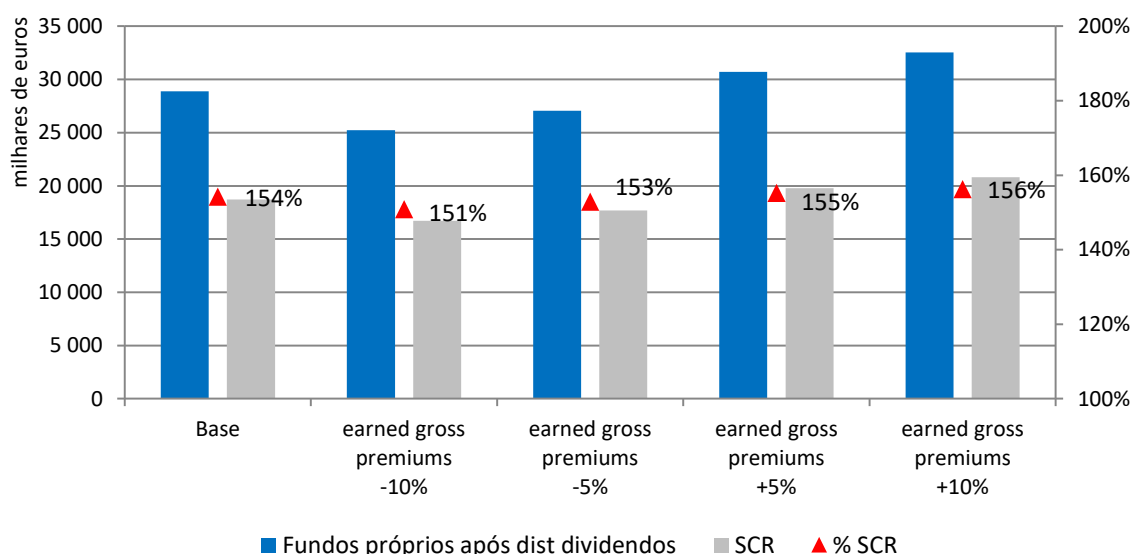
O seguinte quadro apresenta o valor relativo ao requisito de capital do risco operacional determinado de acordo com a fórmula-padrão, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 22 – Avaliação do risco operacional

	Milhares de euros	
	2022	2021
Risco operacional	3 023	2 214

No quadro seguinte são apresentadas sensibilidades relativas ao risco operacional:

Figura 10 – Sensibilidades risco operacional



C.6. Outros riscos materiais

Risco reputacional

Embora não se revele material, o risco reputacional é um risco com o qual a Companhia se preocupa, por ser constituída por dois acionistas de referência do mercado financeiro, cuja reputação pode ser influenciada pela reputação da Companhia e vice-versa.

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem junto de clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Mais do que um risco autónomo, este pode ser considerado como o resultado da ocorrência de outros riscos.

Apresentam-se algumas medidas que a Companhia implementou de modo a mitigar este risco:

- Publicação do Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial;
- Existência de políticas e procedimentos referentes ao lançamento e aprovação de produtos, e definição da respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária/comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação da Política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação da Política de proteção de dados;
- Implementação da Política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um DPO e implementação de regras de análise e tratamento de dados pessoais que permitem também mitigar os riscos reputacional e legal.

Risco estratégico

Importa também referir o risco estratégico. Este assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

Riscos ESG (environmental, social and governance)

A incorporação de questões ambientais, sociais e de governação (ESG) nos processos de investimento é cada vez mais relevante nos mercados financeiros.

As alterações climáticas e a degradação ambiental são fontes de mudança estruturais que afetam a atividade económica e, por conseguinte, o sistema financeiro, podendo este risco traduzir-se em físico e de transição. Ambos potenciam instabilidade financeira, dado os possíveis efeitos negativos sobre a atividade económica, porém, o primeiro prende-se com o impacto financeiro das alterações climáticas, incluindo a ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais. O segundo refere-se às perdas financeiras que podem resultar, direta ou indiretamente, do processo de ajustamento no sentido de uma economia hipocarbónica e mais sustentável em termos ambientais.

De modo a avaliar os riscos físicos, a Companhia efetuou, no âmbito do exercício ORSA, um teste de *stress* sobre o produto multiriscos, com aplicação de um choque que se traduziu num aumento da sinistralidade em 30% para o ano de 2023 e de 10% em 2024. Este teste visou avaliar o impacto de um possível cenário de alteração climática gravosa.

Os resultados deste exercício revelaram que, apesar da severidade do cenário, a situação de solvência da Companhia permanece robusta.

Paralelamente, o risco de transição é também avaliado. Desde 2015, que o Grupo Aegon calcula a qualidade ESG das suas carteiras de investimento, utilizando um conjunto de métricas, conhecidas como pontuações ESG (1 a 10) e classificações (AAA a CCC).

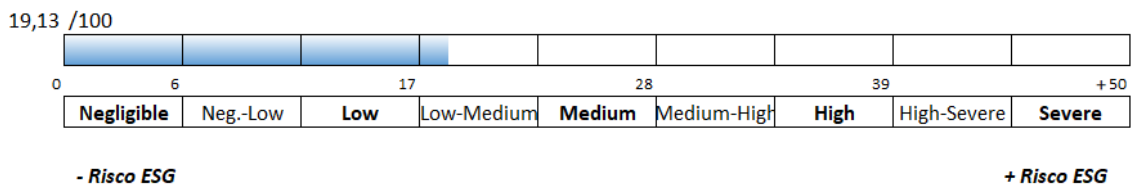
Desde o último trimestre de 2019, que é avaliada a qualidade ESG de acordo com os padrões do grupo, utilizando a Sustainalytics, líder mundial em investigação e classificações ESG. Este sistema utiliza pontuações de 0 a 10 e classificações de Negligenciável a Severa.

Negligible	Low	Medium	High	Severe
0 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 40	40+

Antes de efetuar qualquer investimento, as classificações ESG são verificadas e ponderadas para efeitos de decisão. As classificações ESG são monitorizadas numa base trimestral.

De seguida é apresentada a classificação ESG da carteira de investimento a 31 de dezembro de 2022, que tem por base as classificações da Sustainalytics sobre cada emitente:

Figura 11 – Classificação ESG da carteira de investimentos



No final do 4.º trimestre de 2022, a classificação ESG da ASP Vida era de 19,13/100, ou seja "baixo-médio", o que se traduz numa exposição imaterial aos riscos de transição.

C.7. Eventuais informações adicionais

No âmbito do perfil de risco, a Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes.

D. Avaliação para efeitos de solvência

De acordo com o artigo 75.º da Diretiva 138/2009 CE do Parlamento Europeu e do Conselho, os elementos do ativo são avaliados pelo montante pelo qual podem ser transacionados entre partes informadas agindo de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

Por sua vez, os elementos do passivo são avaliados pelo montante por que podem ser transferidos ou liquidados entre partes informadas agindo de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

A Companhia efetuou a avaliação de todos os seus ativos e passivos de acordo com o justo valor, respeitando o princípio elencado nos parágrafos anteriores.

O quadro seguinte apresenta a comparação entre a valorização dos ativos e passivos para efeitos de solvência e para construção das demonstrações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 23 – Composição do balanço económico e estatutário

Ativos	2022			2021		
	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II
Custos de aquisição diferidos líquidos	1 802	-1 802	0	1 465	-1 465	0
Ativos intangíveis	4 034	-4 034	0	4 481	-4 481	0
Ativos por impostos diferidos	1 058	2 284	3 341	0	2 083	2 083
Investimentos	50 188	0	50 188	44 596	0	44 596
<i>Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0,1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0,1</i>
<i>Obrigações</i>	<i>50 188</i>	<i>0</i>	<i>50 188</i>	<i>44 596</i>	<i>0</i>	<i>44 596</i>
<i>Obrigações de dívida pública</i>	<i>19 929</i>	<i>0</i>	<i>19 929</i>	<i>12 609</i>	<i>0</i>	<i>12 609</i>
<i>Obrigações de empresas</i>	<i>30 259</i>	<i>0</i>	<i>30 259</i>	<i>31 987</i>	<i>0</i>	<i>31 987</i>
<i>Títulos garantidos</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Recuperáveis de resseguro dos ramos	1 409	-4 487	-3 079	771	-3 688	-2 917
<i>Não vida e acidentes e doença NSTV</i>	<i>1 409</i>	<i>-4 487</i>	<i>-3 079</i>	<i>771</i>	<i>-3 688</i>	<i>-2 917</i>
<i>Não vida</i>	<i>84</i>	<i>-3 602</i>	<i>-3 517</i>	<i>151</i>	<i>-3 149</i>	<i>-2 998</i>
<i>Acidentes e doença NSTV</i>	<i>1 324</i>	<i>-886</i>	<i>439</i>	<i>620</i>	<i>-538</i>	<i>82</i>
Contas a receber por operações de seguro direto	431	0	431	494	0	494
Contas a receber por operações de resseguro	0	0	0	4	0	4
Contas a receber por outras operações	19	0	19	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	6 222	0	6 222	5 229	0	5 229
Outros ativos	471	0	471	16	6	22
Ativos totais	65 634	-8 040	57 594	57 056	-7 545	49 511

Passivos	Milhares de euros					
	2022			2021		
	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II
Provisões técnicas – não vida	28 925	-28 083	842	20 567	-21 889	-1 322
<i>Provisões técnicas – não vida</i>	<i>24 195</i>	<i>-19 067</i>	<i>5 127</i>	<i>17 091</i>	<i>-16 596</i>	<i>495</i>
<i>Melhor estimativa</i>	-	-	3 932	-	-	-538
<i>Margem de risco</i>	-	-	1 196	-	-	1 033
<i>Provisões técnicas – acidentes e doença NSTV</i>	<i>4 730</i>	<i>-9 016</i>	<i>-4 286</i>	<i>3 476</i>	<i>-5 294</i>	<i>-1 818</i>
<i>Melhor estimativa</i>	-	-	-4 618	-	-	-2 080
<i>Margem de risco</i>	-	-	333	-	-	262
Depósitos recebidos de resseguradores	10	0	10	19	0	19
Passivos por impostos diferidos	0	7 043	7 043	54	5 208	5 262
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 545	0	3 545	3 720	0	3 720
Contas a pagar por operações de resseguro	2 265	0	2 265	1 924	0	1 924
Contas a pagar por outras operações	2 638	0	2 638	6 181	6	6 187
Outros passivos	4 799	0	4 799	1 281	0	1 281
Passivos totais	42 183	-21 040	21 144	33 745	-16 675	17 070
Excesso de ativos sobre passivos	23 450	13 000	36 450	23 311	9 130	32 441

D.1. Ativos

No que toca às rubricas de ativos, as principais diferenças registaram-se no valor dos custos de aquisição diferidos, ativos intangíveis, ativos por impostos diferidos e recuperáveis de resseguro. Os restantes itens, nomeadamente, investimentos, caixa e equivalentes e contas a receber, não sofreram alteração pois verificam os princípios subjacentes ao regime de Solvência II.

Os pontos seguintes apresentam os critérios valorimétricos usados na avaliação económica das diferentes classes de ativos e as eventuais diferenças entre as bases, métodos e pressupostos utilizados na avaliação para efeitos de solvência e os utilizados nas demonstrações financeiras.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (BST), pela angariação de contratos de seguro. Para além do BST, a Companhia incorre igualmente em custos de aquisição com outros mediadores e angariadores originais de parte da atividade transferida da Popular Seguros.

Os custos de aquisição diferidos correspondem a custos de aquisição já contabilizados mas relativos a exercícios seguintes. Na ASP Não Vida são registados a débito em balancete, numa subconta da provisão para prémios não adquiridos de seguro direto não vida, sendo a sua metodologia de cálculo semelhante à dos prémios não adquiridos (*pro-rata temporis basis*). Como a lógica subjacente ao cálculo é de diferimento temporal, e não uma lógica de fluxos de

caixa de tesouraria, esta rubrica não verifica os princípios subjacente ao regime de Solvência II e é anulada no balanço económico.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, que não excede os 5 anos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de transferência da carteira de seguros não vida transferida da STS, da carteira de multiriscos comercializada pelo BST e ainda da carteira de seguros de não vida originalmente comercializados pela Popular Seguros. Estes valores são amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Para efeito de preparação do balanço económico o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento.

Assim, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35, no regime de Solvência II estes ativos são avaliados em zero, pois não são suscetíveis de ser vendidos em separado e a Companhia não consegue demonstrar que existe um valor para os ativos ou para ativos semelhantes que tenha sido determinado em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º.

Ativos por impostos diferidos

O valor desta rubrica determinado de acordo com o regime de Solvência II resultou apenas das diferenças no valor dos ativos intangíveis e dos recuperáveis de resseguro decorrentes da alteração dos pressupostos de avaliação dos ativos entre os dois balanços, utilizando uma taxa de imposto média igual a 26,8%.

O valor dos ativos por impostos diferidos à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado de acordo com os quadros seguintes:

Quadro 24 – Ativos por impostos diferidos

Milhares de euros			
2022	Solvência II	Estatutário	Diferença
Ativos intangíveis	0	4 034	-4 034
Recuperáveis de resseguro líquidos de CAD	-3 079	1 409	-4 487
<i>Diferença ativos</i>			-8 522
Ativo por impostos diferidos	3 341	1 058	2 284

taxa de imposto de 26,8%

Milhares de euros			
2021	Solvência II	Estatutário	Diferença
Ativos intangíveis	0	4 481	-4 481
Recuperáveis de resseguro líquidos de CAD	-2 917	771	-3 688
<i>Diferença ativos</i>			-8 169
Ativo por impostos diferidos	2 083	0	2 083

taxa de imposto de 25,5%

Em 2022, a Companhia apresenta ativos por impostos diferidos no montante de 2,3 M€ (2,1 M€ em 2021).

Importa referir que, tendo presente o valor dos passivos por impostos diferidos apresentado no ponto D.3, o valor líquido é um passivo por imposto diferido de 3,7 M€. No entanto, e apesar do facto de tanto os ativos como os passivos por impostos diferidos da Companhia terem a mesma natureza e tempestividade, a ASP Não Vida, por uma questão de transparência no balanço económico, decidiu não registar o valor pelo líquido. Não obstante, como o valor líquido é um passivo, não é necessário efetuar o teste de recuperabilidade deste valor.

Investimentos

O valor dos investimentos apresentado corresponde a ativos disponíveis para venda não derivados, que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação.

Por outro lado, estes são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações de justo valor reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade. No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Contas a receber de operações de seguros, de resseguro e outras operações

Os saldos das contas a receber associados aos contratos de seguro e a outras operações são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para o mediador e os tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem ao valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Estas perdas são calculadas de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros.

Os critérios valorimétricos destas rubricas para efeito de preparação do balanço económico não diferem dos critérios para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Caixa e equivalentes de caixa

O valor relativo a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Outros ativos

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

D.2. Provisões técnicas

Ao nível do balanço estatutário as provisões técnicas encontram-se detalhadas de acordo com as rubricas de provisão para prémios não adquiridos (PPNA), provisão para sinistros, provisão para riscos em curso (PRC) e provisão para desvios de sinistralidade (PDS).

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários exercícios seguintes, deduzido dos custos de aquisição diferidos a imputar aos exercícios seguintes. Esta provisão é determinada apólice a apólice com base na

aplicação do método *pro rata temporis* sobre os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite.

Por sua vez, a provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até à data de avaliação, quer tenham sido comunicados quer não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros. Assim, o valor desta provisão é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar (provisão para RBNS, *reported but not settled*). O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR, *incurred but not reported*).

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída / reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Por último, a provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que tenham maiores oscilações. Assim, no âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Para efeito de preparação do balanço económico o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento, refletindo-se tanto no valor das provisões técnicas estatutárias como também no valor dos custos de aquisição diferidos.

Assim, no regime de Solvência II as provisões técnicas são compostas pela soma da melhor estimativa (ME) com a margem de risco (MR) ou são determinadas como um todo. A Companhia determina as suas provisões técnicas com base no primeiro método.

Para a adequada elaboração e interpretação do valor das provisões técnicas económicas, os pontos seguintes apresentam as linhas de negócio, os limites dos contratos, as hipóteses macroeconómicas, as principais características e os pressupostos de modelização das responsabilidades futuras da Companhia.

Segmentação

No cálculo das provisões técnicas a Companhia segmentou as suas responsabilidades de seguros de acordo com a natureza das coberturas oferecidas nos seus produtos, de modo a refletir a natureza dos riscos subjacentes à sua comercialização.

Assim, os produtos analisados foram alocados às seguintes classes de negócio:

Quadro 25 – Linhas de negócio

Produto	Classe de negócio [Anexo I do Regulamento Delegado]
Proteção Lar	Seguro de incêndio e outros danos
Multirriscos Habitação Liberty	Seguro de incêndio e outros danos
Popular Habitação	Seguro de incêndio e outros danos
Acidentes Telemarketing	Seguro de proteção de rendimentos
Acidentes 2015	Seguro de proteção de rendimentos
Popular Proteção Pagamentos	Seguro de proteção de rendimentos
Saúde	Seguro de despesas médicas
Popular Saúde Express	Seguro de despesas médicas
Acidentes de Trabalho Empregadas Domésticas	Seguro de acidentes de trabalho
Popular Serviços Domésticos	Seguro de acidentes de trabalho
Popular Leasing	Seguro de incêndio e outros danos
Popular RC Familiar	Seguro de responsabilidade civil geral

Limites dos contratos

No que respeita aos limites dos contratos, a Companhia tem o direito unilateral de rescindir os contratos, rejeitar os prémios a pagar ao abrigo do contrato e de alterar os prémios ou os benefícios a pagar.

Assim, considera-se que o limite dos contratos que são comercializados pela ASP Não Vida corresponde à data da sua próxima renovação anual ou à sua data fim, para os portfólios que se encontram em *run off*. Neste sentido, para efeitos de determinação da melhor estimativa, a Companhia considerou os prémios do tipo I e do tipo II, ou seja continuados e fracionados respetivamente, assumindo um limite dos contratos de seguros no máximo de um ano.

Pressupostos macroeconómicos

Relativamente às hipóteses macroeconómicas foram assumidos dois pressupostos.

O primeiro diz respeito ao valor da inflação que se considerou, de forma implícita, nos custos de exploração futuros projetados. Este parâmetro definiu-se nos 2%.

Atendendo ao facto dos produtos serem anuais renováveis e, por isso, a tarifa poder ser revista a cada renovação, do padrão de pagamentos de sinistros ser curto e da Companhia poder renegociar os contratos com os seus principais prestadores a qualquer momento, entende-se que o efeito das recentes alterações no nível da inflação terão um impacto reduzido na avaliação das suas responsabilidades.

A manterem-se este contexto macroeconomico, com elevados níveis de inflação, a Companhia poderá desenvolver um processo mais robusto de definição e alocação deste pressuposto.

O segundo refere-se à estrutura temporal de taxa de juro sem risco utilizada no desconto financeiro dos *cash-flows* futuros projetados. A Companhia não utilizou nenhuma medida de longo prazo nem de transição, como tal apenas foi aplicada a estrutura temporal de taxas de juro sem risco básica publicada pela EIOPA.

Responsabilidades de natureza não vida

A melhor estimativa das responsabilidades de natureza não vida subdivide-se em provisões para prémios e provisões para sinistros, devendo estas ser avaliadas separadamente.

A provisão para prémios considera os *cash-flows* relativos aos sinistros futuros, que ocorram após a data de avaliação e durante o período de vigência da apólice (sinistros CBNI, *covered but not incurred*). Os *cash-flows* futuros contemplam todos os pagamentos relativos a sinistros, custos administrativos e prémios futuros exigíveis, isto é pagamentos de prémios que se encontram dentro dos limites dos contratos das apólices em vigor.

As hipóteses consideradas foram alvo de uma análise de recalibração por parte de uma entidade externa durante o ano de 2022, tendo-se verificado uma afinação destes pressupostos devida a uma maior relevância estatística dos dados.

Por sua vez, a provisão para sinistros diz respeito aos sinistros já ocorridos, caso já tenham sido reportados ou não. Esta provisão deve também incluir os custos de gestão de sinistros que decorrem destes eventos.

Porém, a totalidade da provisão para sinistros das contas estatutárias não foi modelizada em Solvência II, e foi considerada como *proxy* dos pagamentos futuros de sinistros ocorridos até à data de avaliação. Apenas foi aplicado o desconto financeiro ao desenvolvimento temporal esperado da provisão. Esta simplificação não coloca em causa a fiabilidade dos cálculos.

Margem de risco

A margem de risco corresponde à parte das provisões técnicas que é adicionada para que este valor represente o montante pelo qual o mercado estaria disposto a oferecer para assumir as responsabilidades de seguros intrínsecas à carteira transferida.

O seu valor deve ser calculado através da determinação do custo associado à disponibilização de um montante de fundos próprios elegíveis igual ao SCR necessário para cumprir as obrigações de seguro ou resseguro durante a vigência da carteira.

A margem de risco é determinada com base no método 2, previsto na orientação 62 das Orientações sobre a avaliação de provisões técnicas emitidas pela EIOPA no âmbito do regime de Solvência II. Após calculado o SCR para cada ano futuro, este foi alocado a cada linha de negócio de acordo com a distribuição da melhor estimativa para cada uma dessas linhas.

A taxa de custo de capital considerada foi de 6%, conforme previsto no artigo n.º 39 do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, de 10 de outubro de 2014.

Análise quantitativa do valor das provisões técnicas

Os quadros seguintes apresentam o valor das provisões técnicas económicas por natureza e classe de negócio para o final de 2022 e 2021:

Quadro 26 – Provisões técnicas das responsabilidades de não vida

Milhares de euros

2022	Seguro direto e resseguro proporcional aceite					Total responsabilidades Não Vida
	Seguro de despesas médicas	Seguro de proteção de rendimentos	Seguro de acidentes de trabalho	Seguro de incêndio e outros danos	Seguro de responsabilidade civil geral	
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR						
Melhor estimativa						
Provisão para prémios						
Bruta	-5 179	-2 020	11	-9 269	1	-16 455
Montantes recuperáveis de resseguro	-335	36	2	-3 597	1	-3 892
Melhor estimativa da provisão para prémios líquida	-4 844	-2 056	9	-5 672	0	-12 563
Provisão para sinistros						
Bruta	1 264	1 294	11	13 195	4	15 769
Montantes recuperáveis de resseguro	706	29	0	78	0	814
Melhor estimativa da provisão para sinistros líquida	558	1 265	11	13 117	4	14 955
Total melhor estimativa - bruta	-3 914	-726	22	3 927	5	-686
Total melhor estimativa - líquida	-4 286	-791	20	7 445	4	2 392
Margem de risco	190	143	0	1 195	0	1 528
Total provisões técnicas						
Total de provisões técnicas - bruta	-3 725	-583	23	5 122	6	842
Total montantes recuperáveis de resseguro	372	65	2	-3 519	1	-3 079
Total de provisões técnicas - líquida	-4 096	-648	21	8 641	4	3 921

Milhares de euros

2021	Seguro direto e resseguro proporcional aceite					Total responsabilidades Não Vida
	Seguro de despesas médicas	Seguro de proteção de rendimentos	Seguro de acidentes de trabalho	Seguro de incêndio e outros danos	Seguro de responsabilidade civil geral	
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR						
Melhor estimativa						
Provisão para prémios						
Bruta	-2 161	-2 111	10	-8 676	3	-12 934
Montantes recuperáveis de resseguro	-301	15	2	-3 138	4	-3 420
Melhor estimativa da provisão para prémios líquida	-1 860	-2 125	8	-5 537	-1	-9 514
Provisão para sinistros						
Bruta	607	1 563	12	8 131	4	10 316
Montantes recuperáveis de resseguro	332	35	0	137	0	503
Melhor estimativa da provisão para sinistros líquida	275	1 528	12	7 994	4	9 813
Total melhor estimativa - bruta	-1 554	-548	21	-545	7	-2 618
Total melhor estimativa - líquida	-1 584	-597	20	2 457	3	299
Margem de risco	101	161	0	1 033	0	1 296
Total provisões técnicas						
Total de provisões técnicas - bruta	-1 453	-387	22	488	7	-1 322
Total montantes recuperáveis de resseguro	30	49	2	-3 002	4	-2 917
Total de provisões técnicas - líquida	-1 483	-436	20	3 490	4	1 594

Comparando o valor das provisões técnicas do final de 2022 com o ano anterior, verifica-se um acréscimo de 164% relativo às responsabilidades de natureza não vida. Esta variação justifica-se, essencialmente, pelo aumento da melhor estimativa bruta das provisões para sinistros referente ao seguro de incêndio e outros danos.

Adicionalmente é apresentada a comparação das provisões técnicas estatutárias com as económicas por classes de negócio, referente a 2022 e 2021:

Quadro 27 – Comparação entre as provisões técnicas estatutárias e económicas

Milhares de euros

2022	Balço estatutário					Balço solvência II				
	Classes de negócio	PPNA*	Prov. Sinistros	Prov. Desv. Sinist.	Prov. Riscos em Curso	TOTAL	Melhor estimativa		Margem de risco	TOTAL
							Prov. Prémios	Prov. Sinistros		
Seguro de despesas médicas	1 004	1 303	0	0	2 307	-5 179	1 264	-3 914	190	-3 725
Seguro de proteção de rendimentos	316	1 427	0	0	1 743	-2 020	1 294	-726	143	-583
Seguro de acidentes de trabalho	19	8	0	5	32	11	11	22	0	23
Seguro de incêndio e outros danos	2 333	13 785	6 905	0	23 023	-9 269	13 195	3 927	1 195	5 122
Seguro de responsabilidade civil geral	12	6	0	0	18	1	4	5	0	6
TOTAL	3 684	16 528	6 905	5	27 123	-16 455	15 769	-686	1 528	842

* líquida de custos de aquisição diferidos

Milhares de euros

Classes de negócio	Balanço estatutário					Balanço solvência II				
	PPNA*	Prov. Sinistros	Prov. Desv. Sinist.	Prov. Riscos em Curso	TOTAL	Melhor estimativa			Margem de risco	TOTAL
						Prov. Prémios	Prov. Sinistros	Total		
Seguro de despesas médicas	506	614	0	0	1 120	-2 161	607	-1 554	101	-1 453
Seguro de proteção de rendimentos	314	1 597	0	0	1 911	-2 111	1 563	-548	161	-387
Seguro de acidentes de trabalho	17	9	0	2	29	10	12	21	0	22
Seguro de incêndio e outros danos	2 208	8 138	5 679	0	16 024	-8 676	8 131	-545	1 033	488
Seguro de responsabilidade civil geral	13	5	0	0	18	3	4	7	0	7
TOTAL	3 058	10 363	5 679	2	19 102	-12 934	10 316	-2 618	1 296	-1 322

* líquida de custos de aquisição diferidos

Face às provisões técnicas apresentadas no balanço estatutário, o valor de provisões técnicas calculado de acordo com os critérios de Solvência II apresenta um decréscimo de 26,3 M€ em 2022, ou seja, uma variação negativa de 97%. Em 2021, também se verificou um decréscimo, no montante de 20,4 M€, representando uma variação negativa de 107%.

Esta variação resulta da aplicação dos pressupostos, apresentados nos pontos anteriores, na projeção dos *cash-flows* futuros da carteira de responsabilidades de seguro. Em especial, dos pressupostos utilizados na avaliação da provisão para prémios, que contempla prémios futuros num montante significativo, pois a maioria dos contratos em carteira tem fracionamento mensal.

Decorre também do facto dos princípios de avaliação, bem como a própria definição, diferirem de forma materialmente relevante das provisões atuais que mais se equiparam, nomeadamente a PPNA e a PRC.

Note-se que as provisões técnicas de Solvência II não contemplam medidas transitórias nem medidas de longo prazo.

Recuperáveis de resseguro | Provisões técnicas de resseguro cedido

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras da Companhia, as provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios descritos nas secções relativas às provisões técnicas de seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e a correspondente parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas.

Por sua vez, no balanço económico o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento.

A Companhia, em paralelo à modelização das responsabilidades de seguro, determina também os *cash-flows* relativos aos recuperáveis de resseguro, garantindo a consistência entre os fluxos considerados na melhor estimativa e os relativos aos recebimentos e pagamentos futuros dos resseguradores.

As provisões técnicas de resseguro calculadas de acordo com as regras contabilísticas, bem como o valor dos recuperáveis de resseguros calculados de acordo com o regime de Solvência II, relativos ao final de 2022 e de 2021, são apresentados nos quadros que se seguem:

Quadro 28 – Comparação entre resseguro cedido e recuperáveis de resseguro

2022	Balanço estatutário			Milhares de euros Balanço solvência II	
	PPNA RC	Prov. Sinistros RC	Prov. PR RC	Total	Rec. Resseguro
Seguro de despesas médicas	0	734	448	1 181	372
Seguro de proteção de rendimentos	14	28	98	140	65
Seguro de acidentes de trabalho	0	3	0	3	2
Seguro de incêndio e outros danos	0	82	0	82	-3 519
Seguro de responsabilidade civil geral	0	0	3	3	1
TOTAL	14	846	548	1 409	-3 079

Os valores estatutários são líquidos de custos de aquisição diferidos

2021	Balanço estatutário			Milhares de euros Balanço solvência II	
	PPNA RC	Prov. Sinistros RC	Prov. PR RC	Total	Rec. Resseguro
Seguro de despesas médicas	0	330	151	481	30
Seguro de proteção de rendimentos	23	32	82	136	49
Seguro de acidentes de trabalho	0	3	0	3	2
Seguro de incêndio e outros danos	0	136	11	147	-3 002
Seguro de responsabilidade civil geral	0	0	4	4	4
TOTAL	23	500	248	771	-2 917

Os valores estatutários são líquidos de custos de aquisição diferidos

Analisando o quadro referente a 2022, verifica-se que o valor dos ativos relativos ao resseguro apresentado no balanço estatutário aumentou 638 milhares de euros (m€) face a 2021.

Por outro lado, em 2022, o valor do balanço económico era inferior ao valor do balanço estatutário em 4,5 M€. Esta variação decorre da aplicação dos pressupostos relativos à projeção dos *cash-flows* futuros da carteira de responsabilidades de seguro. Adicionalmente, a variação justifica-se também pela consideração dos prémios fracionados exigíveis, pois a maioria dos contratos em carteira tem fracionamento mensal.

Note-se que os recuperáveis de resseguro são determinados tendo em atenção as hipóteses e características utilizadas no cálculo da melhor estimativa das responsabilidades de seguro, isto é, são consideradas as mesmas assunções no que diz respeito à segmentação das

responsabilidades de seguro, limites dos contratos, hipóteses macroeconómicas, âmbito de modelização e pressupostos.

Por último, a qualidade creditícia dos diversos resseguradores considerada no cálculo da dedução equivalente à estimativa do valor esperado da perda em caso de incumprimento não foi determinada uma vez que se trata de um valor imaterial.

D.3. Outras responsabilidades

No que diz respeito às rubricas relativas a outras responsabilidades, a única diferença entre a avaliação económica e estatutária foi registada ao nível dos passivos por impostos diferidos.

Os restantes itens do passivo, nomeadamente contas a pagar por operações de seguro e intermediação, por operações de resseguro e por outras operações não verificaram nenhuma alteração porque verificam os princípios subjacentes ao regime de Solvência II.

Os seguintes pontos apresentam os critérios valorimétricos utilizados na avaliação económica das diferentes classes do passivo e as eventuais diferenças entre as bases, métodos e pressupostos utilizados na avaliação para efeitos de solvência e os utilizados nas demonstrações financeiras.

Passivos por impostos diferidos

O valor desta rubrica determinado de acordo com o regime de Solvência II resultou apenas das diferenças no valor das provisões técnicas decorrentes da alteração dos pressupostos de avaliação dos ativos entre os dois balanços, utilizando uma taxa de imposto média igual a 26,8%.

O valor dos passivos por impostos diferidos à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 29 – Passivos por impostos diferidos

Milhares de euros			
2022	Estatutário	Solvência II	Diferença
Provisões técnicas líquidas de CAD	27 123	842	26 281
Diferença passivos	0		26 281
Passivo por impostos diferidos	0	7 043	7 043
<i>taxa de imposto de 26,8%</i>			
Milhares de euros			
2021	Estatutário	Solvência II	Diferença
Provisões técnicas líquidas de CAD	19 102	-1 322	20 424
Diferença passivos	0		20 424
Passivo por impostos diferidos	54	5 262	5 208
<i>taxa de imposto de 25,5%</i>			

A Companhia apresenta passivos por impostos diferidos no montante de 7,0 M€ (5,3 M€ em 2021).

Tendo presente o disposto no ponto D.1, em 2022 a ASP Não Vida decidiu não efetuar o *netting* destas responsabilidades e reconhecer na íntegra o passivo por impostos diferidos.

Contas a pagar por operações de seguro e intermediários, por operações de resseguro e por outras operações

Os saldos das contas a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Adicionalmente, a Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o resseguro cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

Por último, os valores a pagar por outras operações, não de seguro, seguem os mesmos princípios elencados anteriormente, embora estejam relacionados com outras atividades da Companhia não diretamente relacionadas com operações de seguro e resseguro.

O critério valorimétrico destas rubricas para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

D.4. Métodos alternativos de avaliação

A Companhia não utiliza métodos alternativos de avaliação dos seus ativos e passivos.

D.5. Eventuais informações adicionais

A Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes relativas à avaliação de ativos e passivos para efeitos de solvência.

E. Gestão de capital

E.1. Fundos próprios

Os fundos próprios representam os recursos financeiros disponíveis para criar novo negócio e para absorver perdas inesperadas.

Considerando a relevância da sua adequação de modo a garantir a sustentabilidade e continuidade da atividade e do negócio, a Companhia implementou a sua política de gestão de fundos próprios, definindo objetivos, processos e procedimentos que asseguram a manutenção de um nível de capital adequado, ou seja, que garanta o cumprimento de requisitos legais, permita absorver eventuais necessidades de capital e que contribua para a geração de rendimento e retorno para os acionistas.

Um dos principais elementos de suporte à gestão do capital é a definição de níveis de capitalização com base no rácio SCR, que mede a proporção entre o capital disponível e o requisito de capital regulamentar. Para cada nível, a Companhia definiu medidas de ação que permitem ajustar o rácio para o nível pretendido.

Neste sentido, definiram-se os seguintes níveis de capitalização:

Quadro 30 – Níveis de capitalização com base no rácio do SCR

Zonas de Gestão de Capital	Descrição	Nível
Objetivo	-- Zona Objetivo para a execução da estratégia, geração de capital e distribuição de dividendos. O nível operacional, que será utilizado para os cálculos de geração de capital, deve estar dentro desta zona.	≥ 135% do SCR
Recuperação	- Planos acelerados de acumulação de capital, para atingir a Zona Objetivo no prazo de 12 meses; - Dividendos e aquisições são suspensos; - A Zona de Recuperação é determinada, em primeira instância, para evitar que o nível de capitalização da empresa desça abaixo dos 100% do SCR, após a ocorrência de um cenário de stress equivalente a um evento estatístico de probabilidade 1 em 10 anos.	Entre 100% e 135% do SCR
Plano Regulatório	- Plano de recapitalização ao nível exigido pelo Supervisor, dentro do prazo máximo estabelecido por este.	< 100% do SCR

O exercício ORSA é um elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, pois permite analisar os riscos e necessidades de capital no curto e médio prazo, através de projeções com base no plano de negócio e mediante cenários adversos mas plausíveis. Esta análise é efetuada tendo por base os três anos de atividade seguintes.

Para determinação e classificação dos fundos próprios a considerar no cálculo SCR são considerados os requisitos definidos na Diretiva 2009/138/CE, em particular o mencionado no artigo n.º 87, que indica que os fundos próprios são constituídos pela soma dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares.

Os primeiros representam o excesso de ativos sobre os passivos avaliados de acordo com os princípios económicos e os passivos subordinados.

Por sua vez, os fundos próprios complementares são constituídos pelos fundos próprios, com exceção dos de base, que podem ser mobilizados para absorver perdas, nomeadamente, a parte não realizada do capital social, cartas de crédito e garantias ou quaisquer outros compromissos juridicamente vinculativos recebidos pela Companhia.

Neste ponto apresenta-se a análise dos fundos próprios determinados pela Companhia de acordo com o regime de Solvência II. Reportam-se os fundos próprios disponíveis, a parte considerada elegível para a cobertura do SCR e do *Minimum Capital Requirement* (MCR), bem como a classificação em *tiers* do montante disponível em função da sua qualidade. A Companhia não dispõe de fundos próprios complementares.

Nos quadros seguintes apresenta-se a composição dos fundos próprios da Companhia e a composição da reserva de reconciliação relativa à posição a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro 31 – Fundos próprios

Fundos próprios	Milhares de euros			
	2022		2021	
	Total	Tier 1 - sem restrições	Total	Tier 1 - sem restrições
Fundos próprios de base				
Capital	7 500	7 500	7 500	7 500
Prémio de emissão	4 900	4 900	4 900	4 900
Reserva de reconciliação	16 450	16 450	11 577	11 577
Ativos por impostos diferidos líquidos	-	-	-	-
Total dos fundos próprios de base	28 850	28 850	23 977	23 977
Fundos próprios complementares				
Total dos fundos próprios complementares	-	-	-	-
Fundos próprios disponíveis e elegíveis				
Total disponível para cálculo de SCR	28 850	28 850	23 977	23 977
Total disponível para cálculo de MCR	28 850	28 850	23 977	23 977
Total elegível para cálculo de SCR	28 850	28 850	23 977	23 977
Total elegível para cálculo de MCR	28 850	28 850	23 977	23 977
SCR	18 727		15 033	
MCR	6 697		5 098	
Rácio fundos próprios elegíveis face ao SCR	154,1%		159,5%	
Rácio fundos próprios elegíveis face ao MCR	430,8%		470,3%	

Quadro 32 – Reserva de reavaliação

Reserva de reconciliação	Milhares de euros	
	2022	2021
Excesso de ativos sobre passivos	36 450	32 441
Dividendos previstos	7 600	8 464
Outros itens de fundos próprios de base	12 400	12 400
Total reserva de reconciliação	16 450	11 577

Relativamente ao excesso de ativos sobre passivos verificou-se um aumento de 12,4%, desde o final de 2021 até ao final de 2022, em resultado da evolução da atividade e dos resultados obtidos.

No final de 2022 verifica-se que a totalidade dos fundos próprios disponíveis é classificada como *tier 1*, não existindo fundos classificados como *tier 2* nem *tier 3*.

No *tier 1* integram-se apenas fundos de natureza não restrita, que inclui o capital social, o prémio de emissão e a reserva de reconciliação, revelando uma qualidade muito elevada. O valor líquido de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos é negativo logo, à semelhança do verificado em 2021, em 2022 não são considerados fundos próprios classificados em *tier 3*.

A definição dos fundos próprios elegíveis para cobertura do SCR e do MCR obedece aos limites previstos no regime de Solvência II.

Neste sentido, importa referir que considerando as regras e limites de elegibilidade em vigor, bem como o valor previsto de dividendos a distribuir pelos acionistas, a Companhia apresentava no final de 2022 um rácio de SCR de 154,1% (159,5% em 2021).

No âmbito do SCR, a restrição que estabelece que a proporção de fundos próprios elegíveis classificados como *tier 1* deve ser superior a metade do montante do SCR é verificada, pois a totalidade dos fundos próprios são *tier 1*, logo representam 154,1% do SCR (159,5% em 2021).

Uma vez que a Companhia não detém fundos próprios de *tier 1* de natureza restrita, a condição relativa aos 20% do total de *tier 1* é também verificada.

Por último, uma vez que não existem fundos elegíveis de *tier 3*, a regra que indica que estes devem ser inferiores a 15% do total do SCR, é cumprida.

No que respeita à elegibilidade para cobertura do MCR foram considerados todos os fundos próprios uma vez que são na totalidade classificados como *tier 1*.

No âmbito do MCR, a proporção dos fundos próprios classificados como *tier 1* é superior a metade do valor do MCR. Como referido, a Companhia não detém fundos próprios *tier 1* restritos, como tal, a condição relativa aos 20% do total de *tier 1* também se verifica.

Posto isto, quer no âmbito do SCR ou do MCR, o valor dos fundos próprios disponíveis iguala o valor dos fundos próprios elegíveis para cobertura dos rácios de solvência.

Note-se que a Companhia não detém nenhum item de capital sujeito ao regime transitório referido no artigo n.º 308-B da Diretiva 2009/138/CE.

No que diz respeito à reserva de reconciliação, esta representa um papel relevante na análise dos fundos próprios. É obtida através da análise do excesso de ativos sobre passivos do balanço de Solvência II, deduzindo os outros fundos próprios de base considerados e ajustamentos, nomeadamente o valor dos dividendos previstos.

Por último, a análise aos ajustamentos efetuados ao balanço estatutário permite relacionar o capital próprio das demonstrações financeiras com o excesso de ativos sobre passivos de solvência da seguinte forma:

Quadro 33 – Excesso dos ativos sobre os passivos: atribuição das diferenças de avaliação

Excesso dos ativos sobre passivos - atribuição das diferenças de avaliação	Milhares de euros	
	2022	2021
Total do capital próprio das demonstrações financeiras	23 450	23 311
Diferenças na avaliação dos ativos	-1 751	-2 398
Diferenças na avaliação de provisões técnicas líquidas	-21 794	-16 736
Diferenças na avaliação de outros passivos	7 043	5 208
Capital próprio das demonstrações financeiras após ajustamento para as diferenças de avaliação	36 450	32 441
Atribuível a elementos dos fundos próprios de base, excluindo a reserva de reavaliação	12 400	12 400
Reserva de reconciliação	16 450	11 577
Dividendos previstos	7 600	8 464
Excesso dos ativos sobre os passivos	36 450	32 441

E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

Neste ponto é apresentada a composição do SCR, o MCR e os seus respetivos níveis de cobertura. São também analisados os benefícios de diversificação considerados e o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos (LAC DT).

Requisito de capital de solvência

A Companhia determina o seu requisito de capital de solvência com base na fórmula-padrão, sem recurso a simplificações ou parâmetros específicos da Companhia. O valor do SCR não apresenta quaisquer acréscimos do requisito de capital de solvência impostos pela ASF.

Note-se também que a Companhia não tem fundos circunscritos para fins específicos nem carteiras com ajustamento de congruência, não sendo assim necessário proceder a ajustamentos relativos a estas rubricas.

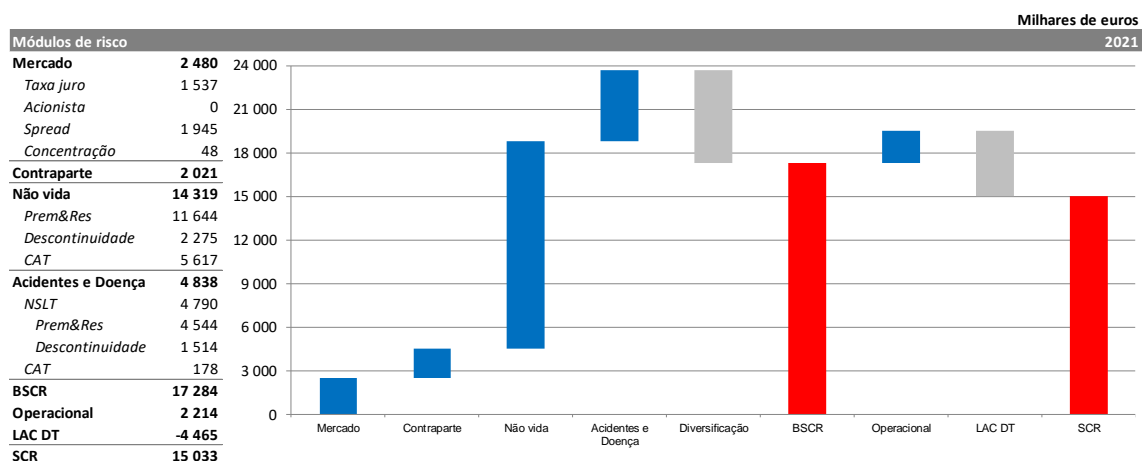
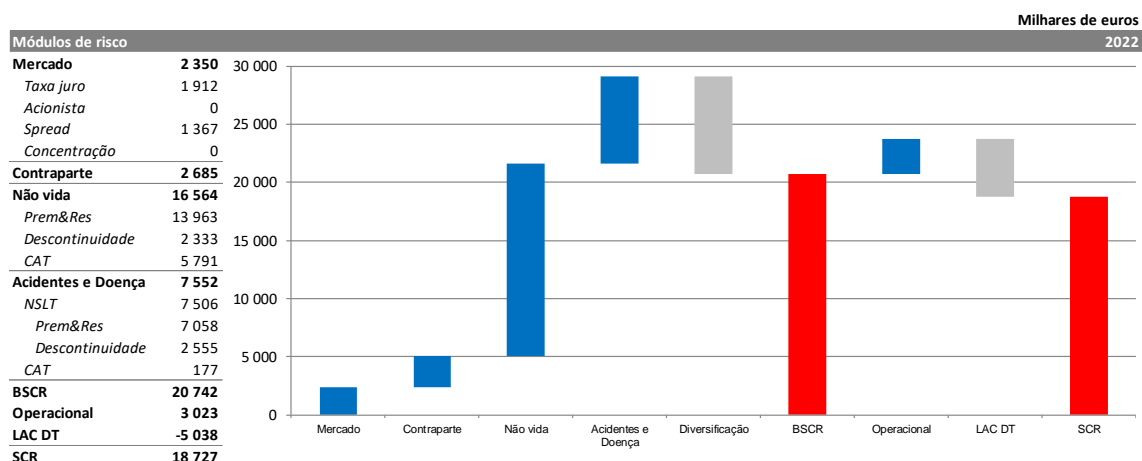
O seguinte quadro apresenta o valor das diferentes componentes do SCR da Companhia no final do ano de 2022 e de 2021:

Quadro 34 – Requisito de capital de solvência

Componentes do SCR	Milhares de euros	
	2022	2021
Riscos de mercado	2 350	2 480
Risco de incumprimento pela contraparte	2 685	2 021
Risco específico dos seguros de vida	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	7 552	4 838
Risco específico dos seguros de não vida	16 564	14 319
Diversificação	-8 409	-6 373
Requisito de capital de solvência de base	20 742	17 284
Cálculo do requisito de capital de solvência		
Risco operacional	3 023	2 214
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	0	0
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-5 038	-4 465
Requisito de capital de solvência	18 727	15 033

Por sua vez, a figura seguinte pretende ilustrar a contribuição dos submódulos de riscos no valor do SCR relativo ao final de 2022 e 2021:

Figura 12 – Composição do SCR



Tal como nos anos anteriores, em 2022, o principal conjunto de riscos a que Companhia se encontra exposta é o risco específico de seguros não vida, em especial o risco de prémios e reservas, representando 56,8% do valor do requisito de capital de solvência de base (BSCR) antes de consideração do efeito de diversificação entre módulos de risco (60,5% em 2021).

O efeito de diversificação que resulta da agregação dos módulos de risco fixou-se nos 8,4 M€ (6,4 M€ em 2021), o que representa uma diminuição de 28,8% do valor do BSCR (-26,9% em 2021).

Por sua vez, o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos foi determinado com base na alocação da perda, de valor igual à soma do BSCR com o requisito de capital relativo ao risco operacional, às suas origens e na determinação do balanço económico pós choque. Esta componente definiu-se em cerca de 5,0 M€, o que corresponde a uma taxa média de imposto após choque implícita igual a 21,2%, de acordo com o cenário hipotético definido pela Companhia. Em 2021, esta componente definiu-se em 4,5 M€, aplicando uma taxa de 22,9%.

Em resultado da análise de recuperação dos impostos diferidos efetuada, a totalidade do valor relativo ao LAC DT foi utilizado, uma vez que se demonstrou que a Companhia conseguirá, num período de três anos, gerar lucros futuros tributáveis em montantes suficientes contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

O seguinte quadro apresenta uma análise complementar de cenários relativamente à capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, em que se testa o impacto no rácio de solvabilidade em caso de não se reconhecer a totalidade do valor do ajustamento. A análise refere-se a 2022 e 2021:

Quadro 35 – Cenários relativos ao nível de reconhecimento do LAC DT

	Milhares de euros				
2022	0%	25%	50%	75%	100%
LAC DT (m€)	0	1 260	2 519	3 779	5 038
SCR (m€)	23 765	22 506	21 246	19 987	18 727
% SCR	121%	128%	136%	144%	154%

	Milhares de euros				
2021	0%	25%	50%	75%	100%
LAC DT (m€)	0	1 116	2 233	3 349	4 465
SCR (m€)	19 498	18 382	17 266	16 149	15 033
% SCR	123%	130%	139%	148%	159%

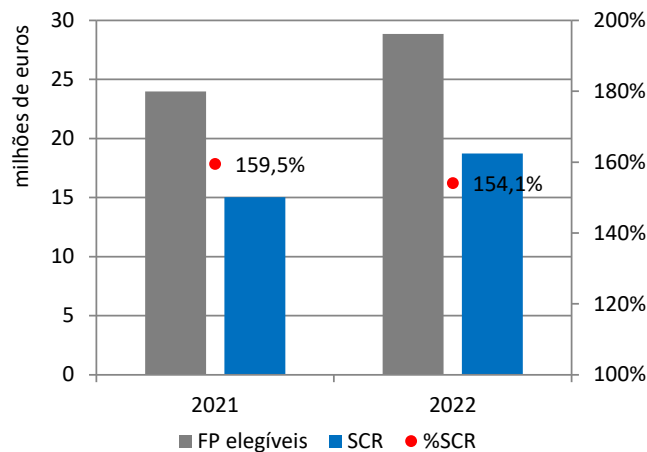
Da sua análise verifica-se que, num cenário extremo, em que nenhuma parte dos impostos diferidos originados pelo choque é recuperável, no final de 2022, o SCR estabelecer-se-ia nos 23,8 M€ e o rácio de solvência nos 121%, valor superior ao nível mínimo regulamentar. Em 2021, estes valores eram 19,5 M€ e 123%, respetivamente.

Comparativamente com o período anterior verifica-se que, em 2022, o SCR aumentou 24,6%, essencialmente, em resultado do acréscimo no requisito de capital do risco de prémios e reservas do risco de acidentes e doença, decorrente do aumento da carteira.

Por sua vez, o valor dos fundos próprios elegíveis aumentou 20,3%, decorrente da evolução da atividade e dos resultados obtidos.

Assim, o rácio de solvência no final de 2022 fixou-se nos 154,1%, apresentando uma redução de apenas 5 pontos percentuais face ao início do mesmo ano.

Figura 13 – Evolução do requisito de capital de solvência



Requisito de capital mínimo

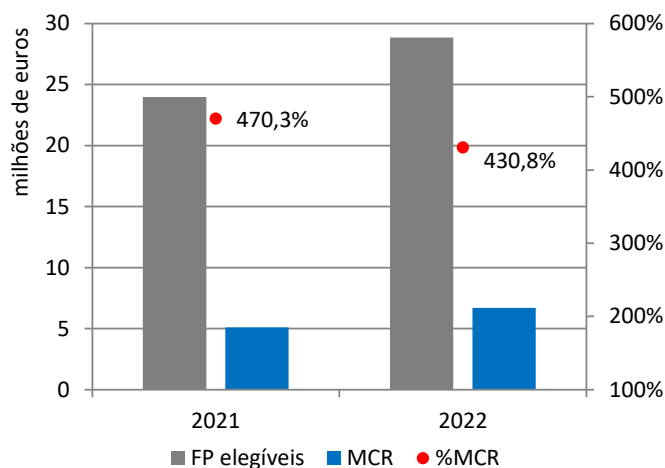
No que diz respeito ao MCR, o seu valor aumentou para 6,7 M€ (5,1 M€ em 2021). As diferentes componentes do seu cálculo estão resumidas na tabela seguinte:

Quadro 36 – Componentes do MCR

Cálculo do MCR	Milhares de euros	
	2022	2021
MCR linear	6 697	5 098
<i>Componente não vida</i>	6 697	5 098
<i>Componente vida</i>	0	0
SCR	18 727	15 033
<i>MCR máximo</i>	8 427	6 765
<i>MCR mínimo</i>	4 682	3 758
MCR combinado	6 697	5 098
Mínimo absoluto MCR	3 700	3 700
MCR	6 697	5 098

O gráfico seguinte apresenta a comparação do montante total do MCR entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Figura 14 – Evolução do requisito de capital mínimo



Uma vez que o valor do MCR registou um aumento superior ao acréscimo do valor de fundos próprios elegíveis para cobertura do MCR (20,3%), o rácio do MCR desceu 40 pontos percentuais para 430,8%.

E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

A Companhia não calcula o requisito de capital de solvência relativo ao risco acionista com base na duração.

E.4. Diferença entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

A Companhia determina o seu requisito de capital com base na fórmula-padrão.

E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Durante o período abrangido pelo relatório a Companhia não sofreu qualquer incumprimento do requisito de capital mínimo ou incumprimento do requisito de capital de solvência.

E.6. Eventuais informações adicionais

A Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes relativas à gestão de capital.

Anexo A – Templates de reportes quantitativos

S.02.01.02 – Balance sheet

2022	Thousands of euros	
		value
Assets		
Intangible assets	R0030	-
Deferred tax assets	R0040	3 341
Pension benefit surplus	R0050	-
Property, plant & equipment held for own use	R0060	-
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	R0070	50 188
Property (other than for own use)	R0080	-
Holdings in related undertakings, including participations	R0090	0,1
Equities	R0100	-
Equities - listed	R0110	-
Equities - unlisted	R0120	-
Bonds	R0130	50 188
Government Bonds	R0140	19 929
Corporate Bonds	R0150	30 259
Structured notes	R0160	-
Collateralised securities	R0170	-
Collective Investments Undertakings	R0180	-
Derivatives	R0190	-
Deposits other than cash equivalents	R0200	-
Other investments	R0210	-
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	-
Loans and mortgages	R0230	-
Loans on policies	R0240	-
Loans and mortgages to individuals	R0250	-
Other loans and mortgages	R0260	-
Reinsurance recoverables from:	R0270	-3 079
Non-life and health similar to non-life	R0280	-3 079
Non-life excluding health	R0290	-3 517
Health similar to non-life	R0300	439
Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked	R0310	-
Health similar to life	R0320	-
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	-
Life index-linked and unit-linked	R0340	-
Deposits to cedants	R0350	-
Insurance and intermediaries receivables	R0360	431
Reinsurance receivables	R0370	-
Receivables (trade, not insurance)	R0380	19
Own shares (held directly)	R0390	-
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	-
Cash and cash equivalents	R0410	6 222
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	471
Total assets	R0500	57 594

2022	Thousands of euros	
		value
Liabilities		
Technical provisions – non-life	R0510	842
Technical provisions – non-life (excluding health)	R0520	5 127
Technical provisions calculated as a whole	R0530	-
Best Estimate	R0540	3 932
Risk margin	R0550	1 196
Technical provisions - health (similar to non-life)	R0560	-4 286
Technical provisions calculated as a whole	R0570	-
Best Estimate	R0580	-4 618
Risk margin	R0590	333
Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)	R0600	-
Technical provisions - health (similar to life)	R0610	-
Technical provisions calculated as a whole	R0620	-
Best Estimate	R0630	-
Risk margin	R0640	-
Technical provisions – life (excluding health and index-linked and unit-linked)	R0650	-
Technical provisions calculated as a whole	R0660	-
Best Estimate	R0670	-
Risk margin	R0680	-
Technical provisions – index-linked and unit-linked	R0690	-
Technical provisions calculated as a whole	R0700	-
Best Estimate	R0710	-
Risk margin	R0720	-
Other technical provisions		-
Contingent liabilities	R0740	-
Provisions other than technical provisions	R0750	-
Pension benefit obligations	R0760	-
Deposits from reinsurers	R0770	10
Deferred tax liabilities	R0780	7 043
Derivatives	R0790	-
Debts owed to credit institutions	R0800	-
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	-
Insurance & intermediaries payables	R0820	3 545
Reinsurance payables	R0830	2 265
Payables (trade, not insurance)	R0840	2 638
Subordinated liabilities	R0850	-
Subordinated liabilities not in Basic Own Funds	R0860	-
Subordinated liabilities in Basic Own Funds	R0870	-
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	4 799
Total liabilities	R0900	21 144
Excess of assets over liabilities	R1000	36 450

S.05.01.02 – Premiums, claims and expenses by line of business

		Line of Business for: non-life insurance and reinsurance obligations (direct business and accepted proportional reinsurance)											Line of Business for: accepted non-				Thousands of euros	
		Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss	Health	Casualty	Marine, aviation, transport	Property	Total
2022		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0200
Premiums written																		
	Gross - Direct Business	R0110	20 398	10 480	76	-	-	-	64 276	30	-	-	-	-	-	-	-	95 260
	Gross - Proportional reinsurance accepted	R0120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reinsurers' share	R0140	2 821	364	56	-	-	-	6 878	15	-	-	-	-	-	-	-	10 135
	Net	R0200	17 577	10 115	19	-	-	-	57 398	15	-	-	-	-	-	-	-	85 125
Premiums earned																		
	Gross - Direct Business	R0210	19 671	10 475	74	-	-	-	64 046	31	-	-	-	-	-	-	-	94 296
	Gross - Proportional reinsurance accepted	R0220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0230	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reinsurers' share	R0240	2 821	380	56	-	-	-	6 878	15	-	-	-	-	-	-	-	10 151
	Net	R0300	16 850	10 094	17	-	-	-	57 168	16	-	-	-	-	-	-	-	84 145
Claims incurred																		
	Gross - Direct Business	R0310	1 927	392	5	-	-	-	20 577	1	-	-	-	-	-	-	-	22 903
	Gross - Proportional reinsurance accepted	R0320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reinsurers' share	R0340	1 049	25	3	-	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	1 078
	Net	R0400	878	367	3	-	-	-	20 576	1	-	-	-	-	-	-	-	21 825
Changes in other technical provisions																		
	Gross - Direct Business	R0410	-	-	2	-	-	-	1 227	-	-	-	-	-	-	-	-	1 229
	Gross - Proportional reinsurance accepted	R0420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0430	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reinsurers' share	R0440	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Net	R0500	-	-	2	-	-	-	1 227	-	-	-	-	-	-	-	-	1 229
	Expenses incurred	R0550	16 050	3 460	186	-	-	-	25 726	381	-	-	-	-	-	-	-	45 803
	Other expenses	R1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total expenses	R1300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45 803

S.17.01.02 – Non-Life Technical Provisions

		Direct business and accepted proportional reinsurance													Accepted non-proportional reinsurance				Thousands of euros
		Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss	Non-proportional health reinsurance	Non-proportional casualty reinsurance	Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	Non-proportional property reinsurance	Total Non-Life obligation	
2022		C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0170	C0180	
	Technical provisions calculated as a whole	R0010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Technical provisions calculated as a sum of BE and RM																		
	Best estimate																		
	Premium provisions																		
	Gross	R0060	-5 179	-2 020	11	-	-	-9 269	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-16 455	
	Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0140	-335	36	2	-	-	-3 597	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-3 892	
	Net Best Estimate of Premium Provisions	R0150	-4 844	-2 056	9	-	-	-5 672	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-12 563	
	Claims provisions																		
	Gross	R0160	1 264	1 294	11	-	-	13 195	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15 769	
	Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0240	706	29	0	-	-	78	0	-	-	-	-	-	-	-	-	814	
	Net Best Estimate of Claims Provisions	R0250	558	1 265	11	-	-	13 117	4	-	-	-	-	-	-	-	-	14 955	
	Total Best estimate - gross	R0260	-3 914	-726	22	-	-	3 927	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-686	
	Total Best estimate - net	R0270	-4 286	-791	20	-	-	7 445	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2 392	
	Risk margin	R0280	190	143	0	0	-	1 195	0	-	-	-	-	-	-	-	-	1 528	
	Amount of the transitional on Technical Provisions																		
	Technical Provisions calculated as a whole	R0290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Best estimate	R0300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Risk margin	R0310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Technical provisions - total																		
	Technical provisions - total	R0320	-3 725	-583	23	-	-	5 122	6	-	-	-	-	-	-	-	-	842	
	Recoverable from reinsurance contract/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default - total	R0330	372	65	2	-	-	-3 519	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-3 079	
	Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0340	-4 096	-648	21	-	-	8 641	4	-	-	-	-	-	-	-	-	3 921	

S.19.01.21 – Non-Life Insurance Claims Information

Thousands of euros

Total Non-Life Business 2022

Accident year / Underwriting year Z0010 Accident year [AY]

Gross Claims Paid (non-cumulative)

(absolute amount)

Year	Development year											In Current year C0170	Sum of years (cumulative) C0180
	0 C0010	1 C0020	2 C0030	3 C0040	4 C0050	5 C0060	6 C0070	7 C0080	8 C0090	9 C0100	10 & + C0110		
R0100 Prior												-	-
R0160 N-9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0170 N-8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0180 N-7	915	833	111	31	1	4	8	0				0	1 904
R0190 N-6	3 744	1 609	108	0	7	1	0					0	5 469
R0200 N-5	4 276	2 772	113	13	7	43						43	7 225
R0210 N-4	6 017	3 810	302	127	121							121	10 377
R0220 N-3	6 208	6 420	619	220								220	13 466
R0230 N-2	7 002	4 641	546									546	12 189
R0240 N-1	10 192	3 565										3 565	13 757
R0250 N	12 208											12 208	12 208
R0260												Total 16 703	Total 76 595

Gross undiscounted Best Estimate Claims Provision

(absolute amount)

Year	Development year											Year end (discounted data) C0360
	0 C0200	1 C0210	2 C0220	3 C0230	4 C0240	5 C0250	6 C0260	7 C0270	8 C0280	9 C0290	10 & + C0300	
R0100 Prior												-
R0160 N-9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0170 N-8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0180 N-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0190 N-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R0200 N-5	1 230	206	40	0	1	0						0
R0210 N-4	1 881	297	42	0	123							106
R0220 N-3	2 897	108	156	81								71
R0230 N-2	5 031	2 930	516									470
R0240 N-1	4 555	6 467										6 307
R0250 N	9 095											8 815
R0260												Total 15 769

S.23.01.01 – Own Funds

		Thousands of euros				
2022		Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	7 500	7 500	-	-	-
Share premium account related to ordinary share capital	R0030	4 900	4 900	-	-	-
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040	-	-	-	-	-
Subordinated mutual member accounts	R0050	-	-	-	-	-
Surplus funds	R0070	-	-	-	-	-
Preference shares	R0090	-	-	-	-	-
Share premium account related to preference shares	R0110	-	-	-	-	-
Reconciliation reserve	R0130	16 450	16 450	-	-	-
Subordinated liabilities	R0140	-	-	-	-	-
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	-	-	-	-	-
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	-	-	-	-	-
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220	-	-	-	-	-
Deductions						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230	-	-	-	-	-
Total basic own funds after deductions	R0290	28 850	28 850	-	-	-
Ancillary own funds						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	-	-	-	-	-
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310	-	-	-	-	-
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320	-	-	-	-	-
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330	-	-	-	-	-
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340	-	-	-	-	-
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350	-	-	-	-	-
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360	-	-	-	-	-
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370	-	-	-	-	-
Other ancillary own funds	R0390	-	-	-	-	-
Total ancillary own funds	R0400	-	-	-	-	-
Available and eligible own funds						
Total available own funds to meet the SCR	R0500	28 850	28 850	-	-	-
Total available own funds to meet the MCR	R0510	28 850	28 850	-	-	-
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	28 850	28 850	-	-	-
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	28 850	28 850	-	-	-
SCR	R0580	18 727	-	-	-	-
MCR	R0600	6 697	-	-	-	-
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	154,1%	-	-	-	-
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	430,8%	-	-	-	-

2022	Thousands of euros	
		Total
Reconciliation reserve		C0060
Excess of assets over liabilities	R0700	36 450
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	-
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	7 600
Other basic own fund items	R0730	12 400
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	-
Reconciliation reserve	R0760	16 450
Expected profits		
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life business	R0770	-
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	10 813
Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)	R0790	10 813

S.25.01.21 – Solvency Capital Requirement – for undertaking on standard formula

		Thousands of euros		
2022		Gross solvency capital requirement	USP	Simplifications
		C0110	C0090	C0100
Market risk	R0010	2 350		-
Counterparty default risk	R0020	2 685		
Life underwriting risk	R0030			-
Health underwriting risk	R0040	7 552		-
Non-life underwriting risk	R0050	16 564		-
Diversification	R0060	-8 409		
Intangible asset risk	R0070	-		
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	20 742		
Calculation of Solvency Capital Requirement		C0100		
Operational risk	R0130	3 023		
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140			
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-5 038		
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160			
Solvency capital requirement excluding capital add-on	R0200	18 727		
Capital add-on already set	R0210	-		
Solvency capital requirement	R0220	18 727		
Other information on SCR				
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirement for remaining part	R0410	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	R0420	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirement for matching adjustment portfolios	R0430	-		
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	-		

S.28.01.01 – Minimum Capital Requirement – Only life or only non-life insurance or reinsurance activity

Thousands of euros

2022		
Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations		
		C0010
MCRNL Result	R0010	6 697

Background information		Net (of reinsurance/SPV)	Net (of reinsurance)
		best estimate and TP calculated as a whole	written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020	0	17 577
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030	-	10 115
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040	20	19
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050	-	-
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060	-	-
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070	-	-
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080	7 445	57 398
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090	4	15
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100	-	-
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110	-	-
Assistance and proportional reinsurance	R0120	-	-
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130	-	-
Non-proportional health reinsurance	R0140	-	-
Non-proportional casualty reinsurance	R0150	-	-
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160	-	-
Non-proportional property reinsurance	R0170	-	-

Thousands of euros

2022
Linear formula component for life insurance and reinsurance obligations

		C0040
MCRL Result	R0200	-

Background information

		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
--	--	---	---

		C0050	C0060
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	-	
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	-	
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230	-	
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	-	
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250		-

Overall MCR calculation

		C0070
Linear MCR	R0300	6 697
SCR	R0310	18 727
MCR cap	R0320	8 427
MCR floor	R0330	4 682
Combined MCR	R0340	6 697
Absolute floor of the MCR	R0350	3 700
Minimum Capital Requirement	R0400	6 697

6 de abril de 2023

Relatório de Certificação Atuarial Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

1. Introdução

Este *Relatório de Certificação Atuarial* (ou “*Relatório*”) abrange os resultados de solvência da **Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.**, uma Seguradora portuguesa (ou “Companhia”) regulamentada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

No âmbito do *Atuário Responsável* e tal como é definido pela regulamentação portuguesa, *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março* (ou “NR”), a Milliman Consultants and Actuaries, S.L.U. (ou “Milliman”) foi contratada pela Companhia para rever certos aspetos dos seus resultados de solvência em 31 de dezembro de 2022.

Os resultados da solvência da Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentados em seu Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (“SFCR”) são os seguintes:

- Provisões Técnicas de EUR 0.84 milhões, compostos por EUR -0.69 milhões da Melhor Estimativa do Passivo e EUR 1.53 milhões de Margem de Risco. As Provisões Técnicas da Companhia não incluem uma dedução transitória ou aplicação do ajustamento de volatilidade.
- Montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro de EUR -3.08 milhões.
- Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) de EUR 28.85 milhões e Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 28.85 milhões.
- Capital de Solvência (SCR) de EUR 18.73 milhões e Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 6.70 milhões.

2. Âmbito

Este *Relatório* abrange a verificação da aplicação das especificações regulamentares e técnicas relacionadas com o Solvência IIⁱ no que respeita ao cálculo dos seguintes elementos:

- Das provisões técnicas.
- Dos montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro.
- Dos módulos de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira (SFCR).

3. Responsabilidades

- Este *Relatório* foi elaborado nos termos da *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*.
- A responsabilidade da aprovação do SFCR é do órgão de administração ou governação da Companhia.
- O *Atuário Responsável* é o responsável por emitir um parecer independente de natureza atuarial sobre os itens estabelecidos no ponto anterior (Âmbito). No que respeita a este documento, a Milliman e o *Atuário(s) Responsável(s)* não pretendem favorecer nem assumem qualquer obrigação ou responsabilidade para com outras partes.
- As nossas conclusões tiveram em conta as conclusões do *Revisor Oficial de Contas* da Companhia.

4. Opinião

A nossa opinião baseia-se no âmbito do *Atuário Responsável* nos termos previstos na *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*. Verificámos que os seguintes pontos foram calculados pela Companhia em coerência com as especificações regulamentares e técnicas do Solvência IIⁱ e ficámos satisfeitos com o resultado da análise: Provisões Técnicas; Recuperáveis de Contratos de Resseguro; SCR do risco específico de seguros não vida; SCR de risco específico de seguros de acidentes e doença.

As nossas conclusões são baseadas, entre outras, em condições económicas, financeiras, bem como em obrigações para com os clientes existentes na Companhia em 31 de dezembro de 2022.

Estas conclusões não preveem perdas para eventos futuros extraordinários, ou perdas para eventos não suficientemente representados nos dados fornecidos, ou que não são ainda quantificáveis, incluindo impactos adicionais da pandemia do COVID-19.

A substancial incerteza causada por esta pandemia pode continuar a afectar uma série de variáveis, nomeadamente a atividade e volume de negócios, a avaliação de mercados financeiros, o comportamento dos clientes e ainda a exposição, gravidade e frequência dos sinistros. É importante referir que os valores reais podem variar significativamente, para cima ou para baixo, relativamente aos resultados analisados.

Os dados, parâmetros e pressupostos utilizados pela Companhia permitem-nos chegar aos mesmos resultados e as nossas conclusões não foram para isso ajustadas.

Baseámo-nos em dados e informações, quer verbais quer por escrito, no que se refere à metodologia e pressupostos, bem como no processo de validação utilizado pela Companhia para os elementos do âmbito do nosso trabalho.

Como resultado da sua opinião, a Milliman não pretende favorecer nem assumir qualquer obrigação ou responsabilidades para com outras partes.



José Silveiro
Atuário Responsável, Não-Vida

ⁱ As especificações regulamentares e técnicas do Solvência II referem-se ao Nível 1 da Diretiva 2009/138/EC do Solvência 2, incluindo as modificações à Omnibus II tal como transpostas para a legislação portuguesa (*Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro ("RJASR")*); bem como ao Nível 2 do Regulamento Delegado da Comissão 2015/35 de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 17 de janeiro de 2015 ("Atos Delegados").

ⁱⁱ ídem

***Aegon Santander Portugal Não Vida –
Companhia de Seguros, S.A.***

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

31 de dezembro de 2022



Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Norma Regulamentar), analisámos o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (Relatório), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações (Informação quantitativa), da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), com referência a 31 de dezembro de 2022.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e subsequentes alterações (Regulamento Delegado).

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Entidade, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Entidade e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2022 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 24 de março de 2023;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Entidade, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Entidade, com referência à mesma data;

(vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;

(vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, efetuados pela Entidade; e

(viii) a leitura da documentação preparada pela Entidade para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Entidade.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (Sistema de governação), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade em 31 de dezembro de 2022.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no relatório sobre o sistema de governação da Entidade quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório que regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e a Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subseqüentes alterações.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1, do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Entidade não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

10 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904
Registado na CMVM com o n.º 20160523